

**THIAGO SCOLARI CHAB DOS SANTOS**

**ARTIGO: DA TÉKHNE GRAMMATIKÉ AOS DIAS DE HOJE**

**CURITIBA, 2014**

**THIAGO SCOLARI CHAB DOS SANTOS**

**ARTIGO: DA TÉKHNE GRAMMATIKÉ AOS DIAS DE HOJE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração de estudos linguísticos, pela Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

**CURITIBA, 2014**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata sexcentésima sexagésima segunda, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu o mestrando **THIAGO SCOLARI CHAB DOS SANTOS**. No dia vinte e sete de outubro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala 1013, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **JOSÉ BORGES NETO**, Presidente, **ALESSANDRO JOCELITO BECCARI** e **LIGIA NEGRI**, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada “ARTIGO: DA TÉKHNE GRAMMATIKÉ AOS DIAS DE HOJE”, apresentada por **THIAGO SCOLARI CHAB DOS SANTOS**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido. Logo após o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor **JOSÉ BORGES NETO** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia vinte e sete de outubro de dois mil e quatorze. xxx

  
 Dr. José Borges Neto

  
 Dr. Alessandro Jocelito Beccari

  
 Dr. Ligia Negri

  
 Thiago Scolari Chab dos Santos

**DEDICO**

**À minha esposa, meu filho e minha mãe  
por sempre estarem lá e sempre acreditarem,**

**aos meus professores  
que me ensinaram a amar linguística.**

**e**

**a meu irmão de outra mãe,  
Mario Junior**

## **AGRADEÇO**

**À minha esposa, Elizângela,  
sem a qual esse trabalho não existiria e que nunca deixou de acreditar em mim,  
mesmo nos dias escuros,  
A ti devo mais do que pareço capaz de pagar.**

**à minha mãe, pela vida, pelo apoio e pela fé**

**à minha família, por me darem a oportunidade quando puderam;  
aos meus amigos, que eu considero irmãos, Alexandre e Triny, que acreditaram e  
me incentivaram quando não havia muita coisa;  
aos amigos de universidade, Diego, Fabricio, Hélio e tantos outros, por tornarem o  
curso divertido;  
aos meus professores, por serem um farol na escuridão, me mostrando o caminho  
a percorrer;  
ao professor Borges, por aceitar meu trabalho e enxergar nele a possibilidade de  
algo bom;  
aos professores Lígia e Alessandro, por dedicarem seu tempo ao meu trabalho  
tornando-o melhor.**

**e**

**a tantos outros que passaram por minha vida neste período que são muitos para  
citar, mas eu não esquecerei de vocês, pois de um jeito ou de outro me deram  
apoio.**

**à CAPES, pelo auxílio financeiro.**

## ARTIGO: DA TÉKHNE GRAMMATIKÉ AOS DIAS DE HOJE

### RESUMO

A dissertação de mestrado “Artigo: da Tékhne Grammatiké aos dias de hoje” propõe-se a fazer uma descrição do percurso histórico da classe de palavras “artigo”. Nesse sentido, o objetivo da dissertação é identificar a presença desta classe de palavras em gramáticas ao longo da história, partindo daquela que é considerada, por muitos, a primeira gramática publicada – a *Tékhne Grammatiké* escrita por Dionísio Trácio – que veio a público no século I antes de Cristo. Serão analisados e estudados os recursos e processos utilizados na representação e definição do artigo retratado nesta gramática, bem como será feito um mapeamento histórico desta definição ao longo do tempo. Seguindo pela *Gramática de la lengua castellana* – de Antonio de Nebrija, a primeira a tratar de uma língua românica, publicada no ano de 1492. Em todas as gramáticas analisadas na dissertação serão debatidas as estratégias discursivas dos autores no processo de descrição e definição do artigo. Para tanto, serão feitas as seguintes leituras: João de Barros (séc. XVI), Amaro de Roboredo (séc. XVII), Jerónimo Contador de Argote (séc. XVIII), António dos Reis Lobato (séc. XVIII), Jerónimo Soares Barbosa (séc. XIX) e Ernesto Carneiro Ribeiro (séc. XIX - Brasil). Também será vista a Gramática de Port Royal que –embora seja da língua francesa – tem importante influência em gramáticos portugueses e brasileiros. Além disso, serão discutidas gramáticas do século XX, como a de Eduardo Carlos Pereira de 1907, a gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra, de 1985, e, finalmente, a Gramática pedagógica do português brasileiro de Marcos Bagno, de 2011. Todas estas obras serão analisadas, tendo como eixo central a representação do artigo dentro de suas línguas de referência – o português, o grego e o castelhano, para, finalmente, estabelecer seu percurso histórico e, então, uma discussão acerca de suas definições contemplando suas semelhanças e diferenças presentes nos vários autores selecionados.

Palavras-chave: linguística-histórica, gramática, artigo.

## ARTIGO: DA TÉKHNE GRAMMATIKÉ AOS DIAS DE HOJE

### RESUMO

The master's dissertation "Artigo: da Tékhne Grammatiké aos dias de hoje" it is proposed to make a description of the historical background of the word class " article". In this sense, the dissertation's objective is to identify the presence of that word class in several grammars throughout history departing from what is regarded by many as the first published grammar – the *Tékhne Grammatiké* writer by Dionísio Trácio – that went public in the first century BC. Resources and processes will be analyzed and studied used in the representation and definition in Article portrayed in this grammar and will be a historical mapping of this definition over time. Following by *Gramática de la lengua castellana* – from Antonio de Nebrija, the first one to work whit a romantic language, published in 1492. In all grammars analyzed in the dissertation will be discussed the discursive strategies of the authors in the process description and definition in Article. The following readings will be made: João de Barros (century. XVI), Amaro de Roboredo (century. XVII), Jerónimo Contador de Argote (century. XVIII), António dos Reis Lobato (century. XVIII), Jerónimo Soares Barbosa (century. XIX) and Ernesto Carneiro Ribeiro (century. XIX - Brazil). the Port Royal Grammar will also be visited that – although the French language – has an important influence on Portuguese and Brazilian grammarians. In addition, grammars of the twentieth century will be discussed as the grammar of Eduardo Carlos Pereira 1907, the grammar of Celso Cunha and Lindley Cintra, 1985, and finally the pedagogical grammar of Brazilian Portuguese Marcos Bagno, 2011. All these works will be analyzed , with the central axis of representation as the article within their reference languages - Portuguese, Greek and Spanish, to finally establish their evolution and, finally, a discussion of the definitions contemplating their similarities and differences present in the various selected authors.

Key-words: historical-linguistics, gammar, article.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 GRAMÁTICA</b> .....	11
<b>2 ARTIGO</b> .....	13
<b>METODOLOGIA</b> .....	15
<b>3 TÉKHNE GRAMMATIKÉ – século I a.C.</b> .....	17
3.1 Dionísio Trácio .....	17
3.2 Tékhne Grammatiké .....	17
3.3 O artigo em Dionísio .....	18
3.4 Comentários .....	20
<b>4 GRAMÁTICA DE LA LENGUA CASTELLANA – século XV, 1492</b> .....	23
4.1 Élio Antonio de Nebrija .....	23
4.2 Gramática de la lengua castellana .....	24
4.3 O artigo em Nebrija .....	25
4.4 Comentários .....	28
<b>5 GRAMMATICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – século XVI, 1540</b> .....	30
5.1 João de Barros .....	30
5.2 Gramática da língua portuguesa .....	31
5.3 O artigo em João de Barros .....	32
5.4 Comentários .....	34
<b>6 METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LÍNGUAS – século XVII, 1610</b> .....	36
6.1 Amaro de Roboredo .....	36
6.2 Methodo grammatical para todas as línguas .....	38
6.3 O artigo em Roboredo .....	40
6.4 Comentários .....	41
<b>7 GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL – século XVII, 1660</b> .....	44
7.1 Importância .....	44
7.2 Autores .....	45
7.2.1 Antoine Arnauld .....	45
7.2.2 Claude Lancelot .....	46
7.3 O artigo segundo a gramática de Port-Royal .....	46
7.4 Comentários .....	48
<b>8 REGRAS DA LÍNGUA PORTUGUEZA, ESPELHO DA LÍNGUA LATINA – século XVIII, 1721</b> .....	50
8.1 Jerónimo Contador de Argote .....	50
8.2 Regras da língua portuguesa, espelho da lingua latina .....	51
8.3 O artigo em Argote .....	52
8.4 Comentários .....	55
<b>9.1 ARTE DA GRAMMATICA DA LÍNGUA PORTUGUEZA – século XVIII, 1770</b> .....	58
9.1 Antônio José dos Reis Lobato .....	58
9.2 Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa .....	58
9.3 O artigo em Lobato .....	60



9.4 Comentários .....	62
<b>10 GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LÍNGUA PORTUGUEZA, OU PRINCÍPIOS DA GRAMMATICA GERAL APPLICADOS À NOSSA LINGUAGEM – século XIX, 1822 .....</b>	<b>64</b>
10.1 Jerónimo Soares Barbosa .....	64
10.2 Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem .....	65
10.3 O artigo em Barbosa .....	66
10.4 Comentários .....	71
<b>11 SEROES GRAMATICAES OU A NOVA GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA – século XIX, 1890 .....</b>	<b>73</b>
11.1 Ernesto Carneiro Ribeiro .....	73
11.2 Seroes grammaticaes ou a nova grammatica da lingua portugueza .....	74
11.3 O artigo em Carneiro Ribeiro .....	75
11.4 Comentários .....	77
<b>12 GRAMÁTICA EXPOSITIVA – século XX, 1907 .....</b>	<b>79</b>
12.1 Eduardo Carlos Pereira .....	79
12.2 Gramatica Expositiva .....	79
12.3 O artigo em Carlos Pereira .....	80
12.4 Comentários .....	82
<b>13 NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO – século XX, 1985 .....</b>	<b>84</b>
13.1 Autores .....	84
13.1.1 Celso Ferreira da Cunha .....	84
13.1.2 Luís Filipe Lindley Cintra .....	84
13.2 Nova gramática do português contemporâneo .....	85
13.3 O artigo em Celso Cunha e Cintra .....	86
13.4 Comentários .....	90
<b>14 GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – século XXI, 2011 .....</b>	<b>93</b>
14.1 Marcos Bagno .....	93
14.2 Gramática pedagógica do português brasileiro .....	93
14.3 O artigo em Marcos Bagno .....	94
14.4 Comentários .....	98
<b>15 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>16 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>

*Por milhões de anos a humanidade viveu como os animais  
Então aconteceu algo que liberou o poder de nossa imaginação  
Nós aprendemos a falar  
Stephen Hawking*

## **Introdução**

Reconhecer o que é um artigo atualmente parece um trabalho fácil, uma vez que praticamente todas as gramáticas do Português possuem uma seção dedicada ao tema. A questão relevante é que apesar do grande número de gramáticas que nos cercam, não temos uma conceituação propriamente dita do que é um artigo, uma vez que tais gramáticas normalmente se utilizam de listas e exemplificação em uma tentativa de classificarem tal classe de palavras, orbitando, comumente, ao redor de conceituações vagas e genéricas. Em resumo, estas gramáticas acabam por utilizar – ainda que estruturada de forma relativamente diferente – uma mesma forma de conceituação.

Dionísio Trácio século I a.C., em sua<sup>1</sup> *Tékhne Grammatiké*, da língua grega, nos traz o que pode ser considerada a primeira tentativa de descrever tal classe de palavras – e mesmo neste momento já é apresentada uma descrição vaga e superficial, o que, por sua vez, pode ter dado início a uma tradição que chega até os atuais gramáticos.

Os estudos gramaticais diretamente posteriores a Dionísio – compreendidos entre a Antiguidade e Idade Média – são focados no latim, língua que por sua vez não possui o artigo, o que, naturalmente, não levou a um acréscimo ao que foi descrito por Dionísio. Apenas com o surgimento das línguas vernáculas, no final da baixa Idade Média, é que vemos a necessidade de desenvolvimento de novos estudos sobre essa classe de palavras, uma vez que este veio linguístico voltou a apresentar o artigo em sua estrutura.

A primeira gramática de língua românica foi a *Gramática de la lengua castellana* – de Antonio de Nebrija, publicada no ano de 1492, definida por Borges

---

<sup>1</sup> Há uma questão relativa à real autoria da *Tékhne*, porém não será abordada no trabalho em questão, uma vez que não é efetivamente relevante ao tema.

Neto<sup>2</sup> como sendo uma “aplicação genial da teoria gramatical latina aos dados do castelhano”. Baseada na estrutura da *Tékhne Grammatiké* e nos elementos da língua latina, sua importância, contudo, reside no fato de que é a primeira gramática românica posterior a Dionísio a trazer uma descrição do “artigo”, e embora não seja de língua portuguesa, será tomada como referência para gramáticas posteriores justamente por tal caráter pioneiro. Desta forma, temos segundo Nebrija em sua descrição de conceitos e funcionamentos do castelhano o artigo como sendo uma articulação, ou um nó, que se liga ao substantivo definindo assim seu gênero – entre masculino, feminino e neutro (NEBRIJA, 1492). Nebrija, desde o início afirma que tal classe é de conhecimento de poucos, uma vez que não é presente no Latim, e, portanto a explica tendo o grego como base.

Não menos importante, as gramáticas do século XX, principalmente àquelas da primeira metade do século – como a de Eduardo Carlos Pereira, de 1907 – serão revisitada também, encerrando, por fim, essa análise histórica através de estudo de gramáticas contemporâneas e apresentando como são descritos os artigos.

---

<sup>2</sup> BORGES NETO, J. 2007. *A Teoria da Linguagem de Fernão de Oliveira*. (DRAFT - texto apresentado no Simpósio "Fernão de Oliveira: 500 anos" - IEL/UNICAMP (2007).

## 1 GRAMÁTICA

Um trabalho que se propõe a analisar diversas “gramáticas” ao longo da história deve a princípio definir o que é este material de estudo. A questão mais importante até o momento então é: o que é gramática?

Por mais simples que seja a pergunta, sua resposta pode se mostrar como um verdadeiro trabalho de Sísifo, e nós podemos passar gerações buscando uma definição clara e quando julgarmos que foi encontrada ainda perceberemos que estamos diante do início outra vez. Isso porque estamos cercados de definições de gramática, de forma que cada autor procura estabelecer aquilo que lhe é mais pertinente.

No capítulo destinado à Gramática do Curso de Linguística Geral, Saussure inicia defendendo que a Gramática pode ser considerada a “descrição de um estado da língua” e que, por sua vez ela “estuda a língua como um sistema de meios de expressão” (1916). Partindo dessa premissa, o linguista explora de modo conciso uma série de divisões que podem figurar em uma gramática<sup>3</sup>, mas conclui afirmando que embora tais divisões possuam uma finalidade prática, não correspondem a divisões naturais.

Joaquim Mattoso Camara Junior, linguista brasileiro do século XX, tem um grande número de publicações. Dentre elas está seu Dicionário de Linguística e Gramática, publicado pela primeira vez com o nome de “Dicionário de Fatos Gramaticais” no ano de 1956. Sua definição de gramática parte de uma citação de Saussure ao dizer que esta se trata de um estudo como uma língua examinada como “sistema de meios de expressão” (Saussure, 1922, 185). Porém o autor expande esse conceito e diz:

[gramática] é o estudo dos morfemas, ou Morfologia, e dos processos de estruturação do sintagma. Pode-se acrescentar o estudo dos traços fônicos, e da grafia correspondente, que permitem apreensão linguística pela distinção acústica dos elementos enunciados, na língua oral, e, na língua escrita, a leitura do texto. Trata, portanto, a gramática: a) dos fonemas e sua combinação; b) dos morfemas e sua estruturação nos vocábulos; c) dos sintagmas de vocábulos. Daí as suas três partes gerais, respectivamente: a) Fonologia; b) Morfologia; c) Sintaxe.

---

<sup>3</sup> Divisões gramáticas Saussure

Como pode ser percebido, para Camara Jr., gramática se apresenta como um estudo que se subdivide em campos e áreas. E cada um destes, por sua vez, contempla suas próprias subdivisões, dado que tais detalhes não são pertinentes ao presente trabalho, uma vez que estamos em busca de uma definição de gramática, abandonaremos esta discussão.

Junqueira<sup>4</sup>, em sua dissertação, também discute as concepções de gramática. Segundo a autora, três são os sentidos atribuídos ao conceito de gramática. O primeiro é o que enxerga a Gramática como uma espécie de manual em que se inscrevem regras a respeito do uso da língua, definindo o que é certo e errado de acordo com a norma padrão vigente. A autora complementa sua explicação afirmando ainda que esta visão do conceito é a mais utilizada pelos professores e alunos de Ensinos Fundamental e Médio bem como a mais adotada pelos autores de gramáticas e livros didáticos de língua portuguesa.

O segundo sentido, ainda de acordo com Junqueira, se resume a atuação do gramático em descrever o funcionamento e a estruturação de determinada língua. Neste sentido, ao contrário da visão anterior, não há uma distinção entre o certo e o errado uma vez que se considera todo o contexto de uma língua ou variante observada ou estudada. A autora deixa claro que “a noção de certo e de errado é substituída pela noção da diferença”.

Finalmente, a autora descreve o terceiro sentido como sendo um reconhecimento da gramática como conjunto de regras que foram aprendidas pelo falante. Com isto, Junqueira se refere à gramática internalizada, ou, nas palavras da autora: *a competência internalizada do falante decorrente do desenvolvimento gradual das hipóteses que ele constrói sobre a língua, a partir de suas próprias atividades linguísticas*, em referência a um sentido de gramática que foi introduzido por Noam Chomsky.

---

<sup>4</sup> JUNQUEIRA, F. G. C. *Confronto de vozes discursivas no contexto escolar: percepções sobre o ensino de gramática da língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Departamento de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, RJ (2003).

## 2 ARTIGO

Encontrar uma definição para o que é artigo no português brasileiro atualmente mostra-se como trabalho fácil, porém quando se faz uma análise profunda de tais definições percebe-se que não passam de listas de usos, e que poucos gramáticos se ocupam realmente de definir tal classe de palavra. Dentre estas listas, algumas das mais simples surgem em gramáticas de uso escolar, como a de Paschoalin e Spadoto (2008) – que define o artigo como sendo “a palavra que indica tratar-se de um ser específico ou não da espécie” (2008: p. 53). Faraco e Moura (2003), em sua *Gramática Nova* aprimoram um pouco mais essa definição ao dizerem que o artigo nada mais é do que “a palavra que se emprega antes de um substantivo para definir ou indefinir o ser nomeado por este substantivo” (2003). Domingos Cegalla (2008) vai além, pois partindo de definição similar às já citadas “artigo é a palavra que antepomos aos substantivos para dar aos seres um sentido determinado ou indeterminado” (2008: p. 157) o autor expande essa definição ao introduzir o conceito de que além de determinar ou indeterminar um ser, o artigo também “indica, ao mesmo tempo, o gênero e o número dos substantivos.” (2008: p. 158).

Embora apresentem pequenas distinções estas definições de artigos trabalham basicamente com sua função, não traduzindo o que eles são nem de onde eles vêm, tendo como ponto em comum o que tange a função do artigo como partícula que individualiza o referente do substantivo indicando, assim, sua saliência no contexto. – mesmo que contenham pequenas divergências entre si, como quais exatamente são os artigos do português e se há ou não os artigos indefinidos.

A partir do que foi dito, fica claro que o artigo se liga completamente ao substantivo, integrando – juntamente com outros elementos – aqueles que são chamados de adjuntos adnominais. Sem muito aprofundamento, cabe aqui dizer, que o artigo é uma unidade que está diretamente relacionada a um substantivo e que a ele atribui algumas características.

Desta forma, no português do Brasil, o artigo tem, dentre outras, a função de demonstrar, por concordância, algumas flexões<sup>5</sup> de determinados tipos de substantivos<sup>6</sup>.

A NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), um documento criado em forma de Anteprojeto de Lei, que visava “uma terminologia simples, adequada e uniforme” (NGB, 1958), tinha como foco principal estabelecer o que era defendido como a exatidão científica do termo, a sua vulgarização internacional e a sua tradição na vida escolar, portanto não apresentava grandes definições sobre os temas abordados, mas de qualquer forma trazia uma breve descrição do termo apresentado. Sobre o artigo, a NGB não tem muito a dizer, não diz qual sua função, nem como deve ser usado, apenas o inclui nas “classificações de palavras”, classificando-o como “definido” ou “indefinido” para então dizer que se flexiona em gênero e número.

Como é possível de se perceber, descobrir o que é um artigo hoje em dia é tarefa fácil, quanto a seu uso também não há dificuldade, por um lado, somos falantes de uma língua que usa o artigo constantemente – o que torna sua compreensão mais fácil – por outro, temos tradição de gramáticas normativas – o que leva a uma produção que inevitavelmente aborde o tema.

---

<sup>5</sup> Por flexão se entende a modificação de uma palavra a fim de expressar variadas categorias lexicais, que podem ser – dentre outras – número e gênero. Brinton (2000).

<sup>6</sup> Aqui são citados os chamados de *substantivos uniformes* – ou seja: aqueles que não possuem uma flexão própria para indicar os gêneros masculino e feminino. Como exemplo podemos citar “estudante” e “dentista”, substantivos que representam indivíduos de gêneros diferentes mas que sem o artigo os precedendo é impossível saber de quem se trata. – segundo Ferreira (2007).

## Metodologia

Cabe neste momento uma breve explicação sobre a forma em que esta dissertação encontra-se estruturada. No momento em que estabeleci que tal trabalho seria reconhecido como uma descrição do caminho percorrido pelo artigo dentro das gramáticas do português imediatamente precisei definir sua estruturação.

A primeira ideia – a mais simples – foi dividi-lo em breves capítulos em que cada um tratava de uma gramática. Assim, teríamos um trabalho com inúmeros capítulos, dispostos em ordem cronológica, partindo da *Tékhne Grammatiké* de Dionísio, publicada no século I antes de Cristo, seguida para a gramática da língua castelhana de Élio António de Nebrija, posteriormente para a gramática da língua portuguesa de João de Barros e assim sucessivamente até chegar à contemporaneidade, para finalmente fechar o trabalho com as considerações finais. A questão é que além de se diferenciar substancialmente de uma forma padrão de estruturação de capítulos essa organização resultaria em grande número de divisões e estas seriam relativamente curtas.

A partir deste pensamento migrei para aquela que seria a segunda forma de estruturação desta dissertação. Tendo a gramática de Port-Royal como base resolvi colocar em um grande capítulo aquilo que era anterior aos franceses e em outro o que era posterior, tendo assim, a gramática francesa como um divisor de águas. A questão é que durante o trabalho de análise das gramáticas foi possível perceber que nem tudo o que viera pós Port-Royal recebia influência dela, às vezes nem mesmo aquelas que afirmavam isso na introdução eram gramáticas estruturadas à Port-Royal. Então a ideia de cindir o trabalho usando este divisor ruiu.

Outra proposta foi a de estruturar as gramáticas por nacionalidades, uma vez que nem todas são de mesma origem – gregas, portuguesas, brasileiras, uma francesa e uma espanhola. Porém, isso também se mostrou falho uma vez que tirando as suas origens não havia mais nada que justificasse colocá-las no mesmo capítulo, além disso, haveria aqui uma questão de importância histórica. Colocaria a *Tékhne Grammatiké* como a



primeira – por razões óbvias – mas o que faria com as próximas? Seria Port-Royal mais importante que a gramática de Nebrija a ponto de colocá-la em segundo lugar na divisão do trabalho? A própria discussão sobre qual é mais importante, resultaria em um trabalho independente por si só.

Finalmente decidi voltar as origens e resolvi que a forma mais democrática e que menos geraria discussão e controvérsia seria dividi-las em ordem de surgimento, assim esta dissertação ficou estruturada em numerosos capítulos que partem da *Tékhne Grammatiké* – por ser a primeira – e terminam na gramática com publicação mais recente a ser analisada – Gramática pedagógica da língua portuguesa, de Marcos Bagno.

Além disso, todos os capítulos serão subdivididos de forma padrão, a primeira parte contará uma breve história sobre o autor da gramática em questão, enquanto a segunda fará um breve resumo histórico da gramática em si, em que será abordado brevemente o contexto de sua publicação bem como sua formatação, a terceira parte de cada capítulo cuidará da descrição da forma como os artigos são apresentados em cada gramática e, finalmente, cada capítulo terminará com comentários de minha autoria a respeito do que foi observado.

### 3 TÉKHNE GRAMMATIKÉ – século I a.C.

#### 3.1 Dionísio Trácio

Nascido em Alexandria e tendo vivido entre os anos 170 e 90 antes de Cristo, Dionísio Trácio (Dionysios Thraxé) considerado por muitos o autor de *Tékhne Grammatiké*, uma obra de 20 parágrafos, reduzida em boa parcela a um sistema classificatório das partes do discurso, que não compreendia a semântica nem a sintaxe do idioma grego. Embora fosse conhecido como Trácio, o autor da *Tékhne* era alexandrino, recebeu este apelido como uma espécie de herança deixada por seu pai (MARTINS, 2006).

#### 3.2 Tékhne Grammatiké

Lara Pagani (2010, p. 390) define a *Tékhne* de Dionísio como uma descrição sistemática da linguagem. Oliveira (2011, p. 2534), por sua vez, afirma que tal gramática se configura como “um breve e metódico tratado da teoria gramatical, sendo um texto grego que chegou até nós através de manuscritos medievais e, considerado por muitos, como a primeira gramática ocidental.” Chapanski (2003, p. 14) em sua tradução da *Tékhne* afirma que – para muitos – a gramática de Dionísio é a “instauradora de diversos pensamentos conservados na atual visão do estudo linguístico”, além de ser a fundadora da disciplina gramatical ocidental, a autora também atenta para o fato do que ela denomina de *filtro* latino.

De acordo com Chapanski, esse filtro refere-se às inúmeras traduções de textos gregos para o latim. O que era proveniente do fato de que muitos gramáticos de língua latina traduziram um grande número de textos gregos com a intenção de aplicá-los ao latim, e, desta forma, algumas alterações foram feitas, principalmente no que tange a questões de terminologia, pois, segundo a linguista, estas não foram tratadas como algo cristalizado à língua grega.

Chegando até nós através de diversos manuscritos medievais datados dos séculos X ao XVIII, a *Tékhne* de Dionísio apresenta ainda duas traduções antigas, uma no armênio – com data do século V – e outra, contemporânea a esta, em siríaco. É neste texto que o autor estabelece normas gramaticais de usos do que era presente em diversos escritos de sua época. Ocupando-se apenas com o significante o autor grego agiu com a intenção de preservar a cultura de seu povo (Oliveira, 2011, p. 2534).

Logo em seu primeiro parágrafo, Dionísio defende que Gramática é o conhecimento empírico do que se encontra em poetas e outros escritores. Desta forma, para ele a Gramática nada mais é do que um conhecimento que ainda não foi teorizado derivado de experiências e análise textual filológica (Oliveira, 2011, p. 2535).

### **3.3 O artigo em Dionísio**

Para a compreensão da definição apresentada por Dionísio para o artigo, primeiro se faz necessário o entendimento de sua definição de frase e palavra, uma vez que dentro destas definições Dionísio classifica as partes constituintes das frases em oito categorias<sup>7</sup> em que uma destas partes é o artigo.

Para o grego, a palavra é a menor parte de uma frase bem constituída, enquanto frase por sua vez é um composto ordenado de palavras em prosa que expressam um pensamento completo.

Dito isto, o gramático parte para a definição de cada uma das partes da frase, chegando então ao foco de nosso trabalho, o artigo. Sobre essa classe de palavras, o autor diz que se trata de uma parte da frase que está sujeita a variação de caso. E sobre caso, faz-se importante explicar que no grego clássico, caso era uma categoria morfológicamente marcada em que a desinência integrada ao radical conferia à palavra sua função sintática. Tais funções eram: o nominativo que é o caso relacionado ao

---

<sup>7</sup> As partes são: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Dionísio trabalha com cada um deles em sua *Tékhne*, mas aqui só nos interessa o artigo.

sujeito; o acusativo que é o objeto direto; o dativo – objeto indireto; o genitivo, que pode ser entendido como um tipo de pronome possessivo.

Definido o artigo como algo que recebia caso, Dionísio demonstra que ele pode vir preposto, *ho*, ou posposto, *hós*, à declinação do nome. E que a ele são dadas três definições de gênero: masculino, feminino e neutro<sup>8</sup>.

A flexão de número é acompanhada da flexão de gênero, desta forma temos o singular representado por *ho*, *he* e *tó* como gêneros masculino, feminino e neutro respectivamente; o dual *tô* e *ta* – masculino/neutro e feminino; o plural *hoi*, *hai*, *tá* – masculino, feminino e neutro, nesta ordem.

Finalmente, os casos: *ho*, *toû*, *tôi*, *tón*, *ô*, *hē*, *tēs*, *têi*, *tên*, *ô*

Em sua tradução da *Tékhne*, Chapanski disserta sobre as definições apresentadas por Dionísio, a respeito do artigo, A autora apresenta explicações sobre suas declinações e flexões, escrevendo também sobre os artigos definido e indefinido. Quanto ao definido, a linguista explica tratar-se de um termo anteposto ao nome, que tem uma função equivalente ao artigo definido do português. O outro, por sua vez, surge posposto ao nome e exerce o papel de pronome relativo. No que tange a funcionalidade do artigo, o preposto é capaz de realizar tanto a anáfora quanto a dêixis, enquanto o posposto por sua vez, apenas a anáfora – agindo assim como um pronome realmente. Abaixo um exemplo extraído de Chapanski (2003) sobre o uso do artigo no grego clássico:

a) **Ho** *anêr trékhei*.

b) *Anèr*, **hós** *trékhei, kámnei*.

**O** homem corre.

Um homem, **que** corre, sofre.

Outra informação importante a respeito desta classe de palavra é que o preposto pode surgir antes de um nome, um verbo – infinitivo substantivado ou participio – concordando sempre com seu gênero, número e caso, enquanto o artigo posposto

---

<sup>8</sup> *ho poiētēs* – o poeta, palavra masculina; *he poiēsis* – a poesia, palavra feminina; *tó poiēma* – o poema, palavra neutra) (Chapanski, 2003, p. 32)

concorda apenas com o gênero e o número daquele que é seu referente, seu caso, no entanto, segue aquele ditado pela sintaxe da sentença em que está inserido.

Uma vez que apresentam funções sintáticas e semânticas distintas umas das outras, Chapanski acredita que Dionísio tenha incluído estes dois tipos de artigos na mesma categoria baseando-se em suas coincidências morfológicas, bem como aquilo que o gramático acreditava ser a capacidade comum dos dois – a articulação de conteúdos.

### 3.4 Comentários

Dionísio traz em sua *Tékhne* uma forma de ver e descrever as classes de palavras que figurou ao longo dos séculos e perdura até os dias de hoje. O autor grego, ao descrever o que ele chama de partes da oração, evitou trabalhar com o que as define e sua origem, partindo diretamente para uma explicação resumida de seu uso além de algumas de suas funções, seguida por exemplos.

Não era de se esperar que quando trabalhasse com o artigo o autor seguisse um caminho diferente, portanto assim como as demais classes de palavras apresentadas por ele, ao se referir ao artigo, Dionísio, explica os seus vários usos dentro de seu idioma e justifica sua classificação<sup>9</sup> através de exemplos.

Em conclusão, cabe afirmar que embora o autor demonstre de forma clara a utilização dos artigos e um estudante interessado seja capaz de compreender seu uso apenas a partir da leitura da *Tékhne*, um pesquisador que busque entender as origens e definições desta classe de palavras não encontrará no livro de Dionísio grandes respostas.

---

<sup>9</sup> Optei pela utilização do termo classificação pela falta de algo que coubesse melhor. Embora saiba que diversas interpretações possam surgir a partir de uma palavra, acredito que o que Dionísio fez em sua gramática foi demonstrar as diversas funcionalidades das “partes da frase”, juntando os elementos de acordo com semelhanças funcionais e estruturais.

Sobre o artigo propriamente dito, ficou claro que sua utilização não é de todo diferente do português. Embora o artigo do grego apresente declinação de caso, não há diferenças significativas no que tange às flexões de gênero e número – única exceção, talvez seja a presença do gênero neutro no grego.

A única diferença substancial que se enxerga está em sua funcionalidade, trata-se da utilização de artigos pospostos ao nome que por sua vez exercem uma função similar à que os pronomes relativos têm no português.

Aqui cabe uma discussão maior sobre o caso. É claro que Dionísio não chama esse artigo posposto de ‘pronome relativo’ justamente por não identificar tal classe. Uma vez que o autor agrupa suas classes de palavras através de características semelhantes.

Se analisarmos apenas algumas funções dos artigos e dos pronomes relativos é possível afirmar que não devem ser classificados na mesma categoria, afinal o primeiro não pode retomar substantivos, enquanto o outro substitui um substantivo.

A questão nesse caso é que o que levou Dionísio a incluir ambos na mesma categoria foram as semelhanças morfológicas presentes nas duas classes, afinal, como visto no exemplo da seção anterior – reproduzido abaixo:

c) *Ho anêr trékhei.*

O homem corre.

d) *Anèr, hós trékhei, kámnei.*

Um homem, **que** corre, sofre.

Embora no português os dois – artigo e pronome – soem muito diferentes, em alguns casos, como no exemplo apresentado acima, seu valor semântico pode se aproximar. É fácil entender porque o autor grego colocou ambos na mesma categoria – isso sem levar em conta que escrita e pronúncia são similares – uma vez que o pronome ‘que’ da segunda sentença retoma ‘um homem’ citado anteriormente, por isso pode se dizer que neste segundo momento esse ‘homem’ surge como definido, ainda que implícito na sentença, enquanto o artigo ‘o’ da primeira vem diretamente ligado ao substantivo ‘homem’.

Sobre a ausência do artigo indefinido no trabalho de Dionísio cabe afirmar que no grego os artigos são indicadores de definição e que a indefinição está marcada pela justamente quando não há artigo. Então, levando em conta que os gregos acreditavam que o nada não tinha propriedades não tinham o que dizer sobre ele. Desta forma, não existe uma palavra, ou um elemento que se possa classificar como indefinido.

Finalmente cabe reforçar a importância que a obra de Dionísio teve para os linguistas seguintes e o peso de sua influência que pode ser sentido ao longo da história, como poderá ser visto nas gramáticas analisadas após a *Tékhnē*.

## 4 GRAMÁTICA DE LA LENGUA CASTELLANA – século XV, 1492

### 4.1 Élio António de Nebrija

Batizado como António Martínez de Cala e Hinojosa, nascido em cerca de 1444<sup>10</sup> em Nebrissa, província situada a aproximadamente 70 km de Sevilha, Espanha, mudou seu nome para Élio Antonio de Nebrija em 1470. Iniciou seus estudos na área de Retórica e Gramática quando tinha apenas 15 anos, graduando-se quatro anos mais tarde. Com o diploma em mãos, Nebrija, partiu rumo à Itália se inscrevendo na Universidade da Bolonha. Dizia-se interessado na arte do bom falar e em uma aprendizagem perfeita das línguas gregas e latinas.

Autor da primeira gramática espanhola (1492) foi um importante humanista do Renascimento, também responsável pelo primeiro dicionário dessa língua (1495). Determinado a revolucionar o ensino de latim e motivado pela falta de um material de qualidade na área, o autor publica em 1481 *Introductiones Latinae*, com tiragem de 1000 exemplares, sendo reeditada e reimpressa até o final do século XVIII dada a sua importância no meio universitário no ensino da língua latina (CONVERSANI & TASHIRO, 2006). Neste texto, o autor apresenta uma série de teorias inéditas muitas quais *lhe consagram como grande mestre, e até como inventor, no conjunto da filologia universal* (BARDARI, 1996).

Entre os anos de 1508 e 1509 foi convidado pelo rei D. Fernando para ser o cronista oficial do reino, momento em que inicia a produção de *Decades* e *Bellum Navariense*. Em 1509 torna-se Catedrático de Retórica – ainda que não tenha disputado o título com mais ninguém. Em 1514 o cardeal Cisneros o nomeia Catedrático da Retórica da Novíssima Universidade Complutense em Alcalá de Henares, momento em que publica *Reglas de Orthographia en la Lengua Castellana* – obra que posteriormente seria denominada *Gramática de la Lengua Castellana*.

---

<sup>10</sup> Utilizei o ano de 1444 por ser a data mais comumente utilizada para marcar o nascimento de Nebrija, embora haja uma controvérsia em relação a esta data – acredita-se que o autor tenha nascido entre 1441 e 1444 (FERNANDES, 2006, p. 253).



O dia 2 de Julho de 1522 marca o falecimento de Élio António de Nebrija em Alcalá de Henares.

## 4.2 Gramática de la Lengua Castellana

Impressa pela primeira vez em 1492, a Gramática de la Lengua Castellana, doravante GLC, de Élio António de Nebrija, pode ser considerada um fracasso editorial, uma vez que só foi reimpressa no ano de 1747, porém é uma obra tão importante sobre o idioma que leva no título que por pelo menos duzentos e cinquenta anos após sua publicação original, ainda era reeditada para novas gerações. Segundo Gonçalves Fernandes<sup>11</sup>, GLC só teve aceitação por parte dos linguistas quando Menéndez e Pelayo a publicaram em seu livro, *Antología de poetas líricos castellanos*, no ano de 1894.

GLC foi a primeira gramática de uma língua vulgar a ser publicada<sup>12</sup>, o que fortalece o argumento de Fernandez e Torres (1993) sobre a necessidade de urgência presente na publicação desta gramática de Nebrija, pois o espanhol apresentava preocupação em “*eleva e dignificar*” seu idioma, e definem desta forma como objetivo final da publicação GLC sendo o de promover uma elevação do idioma vulgar a uma categoria de linguagem cultural<sup>13</sup>.

Apesar de ser claramente influenciada por gramáticas latinas, a GLC de Nebrija apresenta um grande número de definições que são elaboradas pelo autor, o que certamente atua elevando seu caráter excepcional. Como o autor detinha a primazia no estudo dos sons da língua castelhana além de um excelente conhecimento da fonética latina ele se viu capaz de aplicar esse conhecimento fonético no estudo de sua língua.

---

<sup>11</sup> FERNANDES, G. *As Introducciones Latinae (1481) de Élio António de Nebrija*: Revista Humanitas. [on-line]. Edição 58. Coimbra, 2006.

<sup>12</sup> Em 1521 Barclay publicou uma gramática do francês, em 1526 foi a vez do Italiano em uma gramática publicada por Bembo e 1536 uma do português, de Oliveira.

<sup>13</sup> Entende-se neste momento que os autores chamam a atenção para o fato de que Nebrija buscava elevar o *status* da língua castelhana tornando-a como referência de elemento indicativo de nível cultural mais elevado.

Outra questão importante a ser pontuada na obra de Nebrija é levantada por Bardari<sup>14</sup>, quando demonstra que a GLC tem em sua estrutura um grande caráter pedagógico voltado à aprendizagem das línguas e atuava descrevendo-as. Além disso o autor castelhano não só não se dedica exclusivamente àqueles que têm de aprender o latim sugerindo que se estude o castelhano antes, mas também se dirige aos que são estranhos a este idioma.

A GLC se estrutura em aproximadamente 160 páginas impressas, editada em cinco livros, que traz nos quatro primeiros uma abordagem de ordem crescente da língua – de acordo com o próprio autor está é a ordem natural da gramática – ou seja, primeiro trabalha com os sons da língua e com a maneira de reproduzi-los, partindo, no segundo livro, para a prosódia da sílaba, as condições de etimologias no terceiro e, finalmente, o quarto livro dedicado à sintaxe e à ordem das partes da oração. Estes quatro livros são elaborados para os estudantes que têm o castelhano de Nebrija como língua nativa.

O quinto e último livro traz uma abordagem bastante diferente do resto, como o próprio autor define, este não está direcionado ao trabalho com a ordem crescente da língua e sim com o que ele denomina de ordem de doutrina. Este quinto livro é claramente direcionado para um público que não tem o castelhano como língua materna, mas sim para aqueles que estão querendo aprender esse idioma.

### **4.3 O artigo em Nebrija**

O terceiro livro da GLC é o que apresenta a definição do autor para o artigo da língua castelhana, pois é neste que o autor inicia falando sobre as partes da oração. Seguindo um padrão similar ao apresentado por Dionísio, Nebrija contradiz o autor grego e ao contrário das oito partes introduzidas anteriormente no século I antes de Cristo, considera que são dez as partes constituintes da oração, pois dividiu em três a

---

<sup>14</sup> BARDARI, Sersi . As primeiras gramáticas das línguas castelhana e portuguesa: Antonio de Nebrija e Fernão de Oliveira. In: GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 1996.

classe dos participios apresentada por Dionísio: nome, pronome, artigo, verbo, participio, gerúndio, nome participial infinitivo, preposição, adverbio e conjunção.

Aqui surge a primeira diferença em relação à gramática grega, ou seja: a presença do gerúndio e do participio infinitivo – este último, como é dito pelo próprio Nebrija, também não está presente nas gramáticas latinas, além disso, o autor fala também sobre a ausência do artigo no latim.

Todas las lenguas, cuantas he oído, tienen una parte de la oración, la cual no siente ni conoce la lengua latina. Los griegos llámanla 'arzrón'; los que la volvieron de griego en latín llamáronle artículo, que en nuestra lengua quiere decir artejo.

Em seu capítulo IX Nebrija discorre sobre o artigo afirmando, com as palavras ditas acima, ou seja, afirmando que muitas línguas apresentam uma estrutura em suas orações que não é existente no Latim, e que no latim recebia o nome de *artículo*, o que na língua do autor significa *artejo*, que em português pode ser traduzido por *artelho*.

Nebrija segue sua descrição do artigo traçando um breve paralelo ao artelho, ao dizer que o artigo do castelhano não é um pequeno osso que funciona como articulação e sim um elemento de seu idioma que é adicionado aos nomes, para que assim torne-se possível identificar de que gêneros são. Desta forma, o autor liga a função do artigo ao nome, fato que pode ser comprovado mais adiante em sua GLC, no quinto livro, quando Nebrija explica as declinações do *nome* demonstrando que há dependência do artigo para identificação do gênero de alguns nomes.

Segundo o gramático castelhano, são três os gêneros possíveis traduzidos pelos artigos em seu idioma, o masculino, que é representado por “el”; o feminino, “la”; e o neutro, “lo”. Antes de qualquer questionamento que possa surgir por parte do leitor a respeito do fato de “el”, “la” e “lo” aparecerem presentes como artigos quando já haviam sido apresentados junto com os pronomes, o autor explica que a diversidade das partes de uma oração reside nas variações de uma forma de significar e que apenas a sua escrita não é fundamental para definir a qual parte se resume. Nebrija apoia-se nas gramáticas gregas nesse momento ao afirmar que o mesmo ocorria naquele idioma

quando diz que artigo é algo que já foi definido como sendo pronome naquelas gramáticas, além disso, apresenta algumas funções do artigo.

[...]los cuales son unos pequeños miembros a semejanza de los cuales se llamaron aquellos artículos que añadimos al nombre para demostrar de qué género es. Y son los artículos tres: el, para el género masculino; la, para el género femenino; lo, para el género neutro[...]

Sua explicação finaliza demonstrando em que momento o artigo não deve ser utilizado no castelhano, e novamente Nebrija faz uma comparação com os gramáticos gregos:

Lo cual nuestros mayores hicieron con más prudencia que los unos ni los otros; porque, ni los griegos tuvieron causa de anteponer artículos a los nombres propios, pues que en aquéllos por sí mismo el género se conoce[...]

Sendo assim, ao escrever essas palavras, o autor castelhano deixa claro que assim como ocorre com o grego não há necessidade do artigo diante de substantivos próprios, pois seu gênero já é conhecido, e como essa é a função do artigo ele é dispensável.

Mais adiante, no quinto livro de sua GLC, conhecido como *das introduções da língua castelhana para aqueles que de língua estranha a queiram aprender*, que, nas palavras do próprio autor, trata-se de um livro dedicado ao terceiro tipo de indivíduo que seria o leitor da GLC, ou seja: aquele que não é nativo do idioma castelhano, mas que agora deseja aprender. Conforme o próprio nome do livro indica, Nebrija apresenta de forma concisa e direta uma tabela de declinações de caso do artigo, que foi reproduzida abaixo.

e)

Declinações do artigo		
	Em número singular	Em número plural
Nominativo	el, la, lo	los, las
Genitivo	de el, de la, de lo	de los, de las
Dativo	a el, a la, a lo	a los, a las
Acusativo	el, la, lo	los, las
Ablativo	não tem	não tem

Nesse quinto livro, especificamente nesta passagem dedicada ao artigo, o autor não faz nada além de demonstrar as declinações do artigo, embora afirme que sua intenção é ensinar o idioma castelhano para aqueles que não o possuem como língua natural. Tal ausência de explicação e demonstração pode ser entendida como um reflexo dessa tradição literária que também figura em Dionísio, em que os elementos são apenas classificados de acordo com sua função e aparência, além de trabalhar com a ideia de que o conhecimento dos casos latinos está sendo suposto.

Esta questão do caso é mais profunda do que parece. Uma vez que Nebrija prepara um manual para ajudar falantes do castelhano a aprenderem latim, o autor precisa explicar as declinações de caso no idioma em foco. Como o castelhano não possui esta declinação, Nebrija a empurra aos artigos, demonstrando assim que eles são indiretamente responsáveis por ela.

#### **4.4 Comentários**

A gramática de Nebrija segue o modelo que surge com a *Tékhne*, e não apresenta grandes definições para o que estuda. Em um trabalho bastante similar ao de Dionísio a *GLC* surge cheia de demonstrações e pequenas explicações de usos, sem se aprofundar realmente em seus objetos de estudo.

Claramente baseada nas gramáticas latinas, embora contenha suas inovações, a *GLC* funciona quase como uma tradução do que era apresentado no latim para o espanhol. Talvez este seja o motivo pelo qual Nebrija não depreendeu muito tempo e espaço para lidar com o artigo – uma vez que tal classe não estava presente na língua latina.

Além disso, Nebrija não se ocupa muito com explicações a respeito do artigo, partindo diretamente para uma demonstração de sua utilização. Curiosamente o autor utiliza-se de mais linhas para lidar com o nome dessa classe de palavras e em uma

defesa de que tal artelho, ainda que denomine uma pequena parte do corpo humano, na gramática do castelhano tem uma importância maior.

O autor não reserva espaço em sua GLC para as flexões de número, pois sua classificação está limitada em dizer que o artigo é partícula responsável pela definição de gênero daquelas palavras que não possuem este gênero marcado em sua raiz, como os nomes próprios por exemplo. Além disso, é importante ressaltar que embora o autor cite diversas vezes em seu trabalho os autores gregos e estructure muitas de suas demonstrações baseado no que viu nos textos gregos, o autor não cita a Tékhne em seu trabalho. Outra questão importante que surge no livro é que não há nenhuma explicação adicional a respeito dos pronomes relativos, exceto quando explica que embora “el”, “la” e “lo” também possam surgir como pronomes sua escrita não importa e sim sua significação, e uma vez que esta é diferente não há problema em haver escrita igual.

Finalmente, uma questão importante, que não será estudada nesse trabalho, mas que não deve ser ignorada é o surgimento da classe de palavras “artigo” nos idiomas latinos. Embora Nebrija reconheça esse fato em seu capítulo dedicado ao tema, ele não faz grandes discussões sobre isso e nem mesmo procura uma explicação para o surgimento dessa classe, provavelmente pelo fato de que a preocupação com a história das línguas só surja no século XIX.

## 5 GRAMMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – século XVI, 1540

### 5.1 João de Barros

Educado na corte de D. Manuel I, regente português entre os anos 1495 e 1521, João de Barros foi, nas palavras de Furlan<sup>15</sup>, um “historiador, linguista, latinista, pedagogo, moralista, buscando uma descrição gramatical do português e sua dignificação como língua autônoma”. Nascido no ano de 1496 em Viseu uma cidade portuguesa, foi membro da corte real ocupando o cargo de capitão da fortaleza de São Jorge da Mina (atualmente, Elmina, em Gana, África Ocidental) no reinado de D. João III. Em 1525 foi nomeado tesoureiro da Casa da Índia, missão que desempenhou até 1528.

Segundo Bellini<sup>16</sup>, a obra de J. de Barros se configura como um apanhado de influências externas juntamente com o contexto cultural português da época. O marco inicial de sua carreira literária foi a publicação no ano de 1522 de um romance de cavalaria. Uma narração da vida do cavaleiro Clarimundo que viria a se tornar o imperador de Constantinopla. João de Barros dedica seu texto ao então soberano português, bem como ao seu príncipe herdeiro – Dom João – e traça uma linha hereditária que liga os regentes portugueses diretamente ao imperador de Constantinopla.

---

<sup>15</sup> FURLAN, M. “Apresentação a *Diálogo em lovor da nossa lingvagem*, de João de Barros”. In: *Clássicos da Teoria da Tradução. Antologia bilíngue, vol. 4, Renascimento*. Florianópolis: NUPLITT, 2006 (p. 209).

<sup>16</sup> BELLINI, L. *Influências da Idade Média e do Renascimento na cultura portuguesa do século XVI - A propósito do Diálogo sobre Precepto Moraes de João de Barros (1540)*. Revistausp, n.º 22 – São Paulo, SP, 1994.

## 5.2 Grammatica da lingua portuguesa

Vicente<sup>17</sup> (2008) inicia o capítulo dedicado a João de Barros em sua dissertação de mestrado informando ao leitor de que o quinhentista português não foi o responsável pela primeira gramática dessa língua e sim o escritor português Fernão de Oliveira no ano de 1536. Segundo a autora, o trabalho de Fernão de Oliveira se configura como uma tentativa de normatização sendo inclusive denominada de “primeira anotação da língua portuguesa” pelo próprio Fernão de Oliveira. Não tardou, e alguns anos após a publicação desta “anotação”, João de Barros edita em 1540 sua obra, que recebeu o título de “*Grammatica da lingua portuguesa*”, doravante GLP. Ademais, a autora informa que havia na época certa necessidade em se comprovar o valor que possuíam estas línguas novas que estavam sendo normatizadas.

A GLP é uma obra de caráter pedagógico que tem como principal característica uma busca de se configurar em conformidade com a gramática latina, afirmam Barbosa & Barbosa.<sup>18</sup>

Ainda que elaborada em moldes de uma gramática latina a GLP de Barros não deixa de destacar as particularidades do português, como justamente a classe dos “artigos”. Assim, o autor português demonstra que há uma identidade lusitana que pode ser identificada através de seu idioma.

De acordo com trabalho publicado por Monteiro,<sup>19</sup> a GLP é composta por quatro partes: as duas primeiras são dedicadas à ortografia e à prosódia, e é nela em que o autor se ocupa da descrição e enumeração das letras e das sílabas do idioma português, bem como de seus acentos. A terceira trabalha com a etimologia<sup>20</sup> e é o momento em que

---

<sup>17</sup> VICENTE, C.P. *Dois diálogos no renascimento português: João de Barros e Gândavo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Departamento de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

<sup>18</sup> BARBOSA, M. de G.S.; BARBOSA V. de S. *João de Barros: contribuições à língua portuguesa. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2011.

<sup>19</sup> MONTEIRO, J. L. *As ideias gramaticais de João de Barros*. Revista de Letras, Fortaleza, v. 19, n.1/2, p. 33-41, 2000.

<sup>20</sup> Monteiro afirma em seu trabalho que o estudo da etimologia é o que nos dias de hoje se reconhece como morfologia.



surge uma classificação de palavras e uma análise de flexões do nome e do verbo, finalmente, a quarta parte, que pode ser tanto chamada de sintaxe como de construção que, por sua vez, se dedica ao estudo da sintaxe do idioma. Local em que surge também uma discussão a respeito de concordância e regência.

Além disso, o autor português termina sua gramática com mais dois capítulos em que apresenta no primeiro as figuras do idioma – que ele chama de “espécies de barbarismos” – e um último em que retoma de forma minuciosa algumas questões ligadas à ortografia. Seu texto apresenta-se de forma bastante contida em relação a inovações em sua GLP.

### **5.3 O artigo em João de Barros**

João de Barros inicia seu tópico dedicado ao artigo afirmando que este se trata de uma das partes da oração de seu idioma a qual não está presente no latim. Assim como fez Nebrija em 1492, Barros também coloca em sua explicação um breve resumo a respeito da origem do nome desta classe de palavras, segundo o autor português a palavra “artigo” é um derivado do latim *articulos* que por sua vez vem de *Arthon* do grego, que, finalmente, é a palavra que significa “artelho” – o que nos leva à explicação presente no capítulo anterior.

Barros segue sua explicação ao comparar a função do artelho – como um emaranhado de nervos que agem ligando os ossos do tornozelo – com a função do artigo, pois este, sendo uma das partes da oração, segundo o próprio autor, se liga aos casos do nome.

A seguir, sua explicação segue para uma exemplificação de uso:

“dos hómees e obrár uirtude, e das áues auoár. Però tirándo aos hómees este artigo, dos, e ás áues, das, diremos. hómees e obrár uirtude, e áues auoár, que nam póde fer mais confuça linguágem. Per onde claramente uemos, que pera o intendmento ficár fatiſfeito e neceſsário artigo maſculino ao nome

maſculino, e artigo feminino ao feminino: por que nam diremos, das hómees e obrár uirtude, e das áues auoar.’<sup>21</sup>

O que João de Barros apresenta neste trecho é a frase “dos homens é obrar virtudes e das aves voar”<sup>22</sup> e depois retira os artigos “dos” e “das” da frase mostrando que falar “homens a virtude é obrar e aves voar” o sentido original desaparece. Assim o que o autor português faz é mostrar a funcionalidade do artigo sem explicar exatamente como isso ocorre.

Essa demonstração da utilização do artigo como forma de explicá-lo tornar-se-á o padrão em gramáticas futuras do português, como será visto nos capítulos posteriores.

O passo seguinte do autor é apresentar a declinação dos artigos presentes em seu idioma sem deixar de dizer, neste momento, que eles também são vistos como pronomes relativos. Aqui temos um detalhe importante também, pois a forma utilizada pelo autor para dizer que os artigos também são vistos como relativos foi através da frase ‘*os quáes também ſervem de relativos*’, o que demonstra a superficialidade com que o autor trata do assunto em sua gramática, não lhe conferindo maiores explicações e detalhes.

Enfim, as declinações apresentadas são:

Masculino			Feminino		
	Singular	Plural		Singular	Plural
Nominativo	o	os	Nominativo	a	as
Genitivo	do	dos	Genitivo	da	das
Dativo	ao	aos	Dativo	á	ás
Acusativo	o	os	Acusativo	a	as
Vocativo	ó	ó	Vocativo	ó	ó
Ablativo	do	das	Ablativo	da	das

Aqui cabe uma nota importante, em capítulo anterior de sua GLP João de Barros disserta acerca dos casos presentes em seu idioma. O autor reconhece a hereditariedade do latim e demonstra brevemente quais são, em sua visão, os seis casos do português daquele período histórico. Uma vez que a declinação de casos é importante para a

<sup>21</sup> PG 27

<sup>22</sup> Tradução minha

construção das sentenças há uma mudança na forma em que o artigo se apresenta de acordo com cada caso – embora isso não seja mencionado por João de Barros em momento algum de sua GLP. O que o autor faz é apenas apresentar a tabela acima mostrando quais os artigos que devem ser utilizados com os determinados casos, terminando desta forma toda a sua apresentação dos artigos no português.

Outra questão importante que figura neste momento é o fato do autor considerar “do” e “da” como artigo. O que se pode perceber pela tabela é que ele utiliza essas formas para marcação de caso ignorando assim sua presença como preposição e resolvendo a questão da falta aparente de caso no português em relação ao latim.

#### **5.4 Comentários**

Novamente somos brindados com mais uma demonstração de uso. Seguindo os passos criados por Dionísio, João de Barros utiliza sua gramática para demonstrar de que forma os artigos devem ser utilizados em seu idioma. Assim como foi feito anteriormente por Nebrija, o autor dedica algum tempo para discutir o nome de tal classe de palavras, novamente fazendo uma breve explicação sobre a parte do corpo denominada artelho.

Um novo elemento que surge na GLP é o fato de o autor reservar algumas linhas para fazer uma comparação de uma frase que conta com a presença do artigo com a mesma frase, porém desta vez sem os artigos. Tal exemplo ainda não apresenta uma grande definição para a presença dessa classe de palavras no idioma lusitano, mas sem dúvida é bastante eficiente no que tange à importância de seu uso.

Outra questão importante que deve ser lembrada é a presença da tabela de declinações. Conforme foi dito anteriormente, tal tabela surge como uma novidade, pois traz todas as declinações que ocorrem com os variados casos, porém novamente surge um distanciamento do autor em relação a toda essa forma de entender o artigo.

Continuando assim com a tradição de apenas apresentar alguns exemplos e listas de usos.

Barros utiliza o estudo do português como ferramenta para o estudo do latim, seu verdadeiro objetivo. O autor entendia que para um estudante que ainda não sabia o latim havia duas dificuldades, o aprendizado de sua gramática e do idioma propriamente dito, desta forma, ao ensinar a gramática em português já se tem meio caminho andado, em seguida o próximo passo: ensinar latim àquele que dominou a gramática.

Nesse sentido o autor precisa aproximar o máximo o possível as estruturas presentes no idioma português às do idioma latino. Desta forma ele tem a necessidade de mostrar que, assim como no latim, os nomes portugueses têm a presença do caso. Porém como o nome português não têm caso, o que Barros faz é utilizar um artifício que os localiza nos artigos que acompanham os nomes, assim define que latim e português têm casos, mas no português, são manifestados pelo artigo.

Por fim, é importante afirmar que em nossa primeira gramática portuguesa apresentada ainda não surge discussão de como o artigo foi introduzido nesse idioma, novamente, provavelmente por conta dessa preocupação histórica da língua ainda não existir, João de Barros deixa claro que não havia tal classe no Latim, porém após colocar essa informação em seu texto o autor segue adiante com suas demonstrações de uso.

## 6 METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LÍNGUAS – século XVII, 1610

### 6.1 Amaro de Roboredo

Com uma data de nascimento incerta – algo entre os anos 1580 e 1585 – Amaro de Roboredo foi um importante gramático português nascido na região de Algosos na região de Trás-os-Montes. Segundo Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes<sup>23</sup> não é possível saber onde o autor iniciou seus estudos, embora seja mais certo crer que ele estudou com os jesuítas e foi claramente influenciado por seus métodos de estudo.

As informações a respeito de sua vida profissional bem como eclesiástica são bastante escassas, em 1610 serviu como secretário do arcebispo D. Diogo de Sousa<sup>24</sup>. A partir do ano de 1625 tornou-se mestre de D. Duarte e de D. Francisco de Castelo Branco Coutinho e também, no mesmo período, serviu como professor particular dos filhos de D. Baltasar de Teive, um fidalgo espanhol que residia em Portugal.

Assunção e Fernandes sugerem que sua morte tenha sido em cerca de 1650, data que coincide com a publicação de seu último livro em que não há referência alguma de que tenha sido uma publicação póstuma, bem como não há citação de outro nome que possa ter sido responsável pela edição.

Autor de um grande número de obras de caráter linguístico-didático, ainda segundo Assunção e Fernandes, um fato curioso a respeito destas obras é que ao contrário do que ocorreu com sua publicação religiosa, as obras dedicadas a linguística de Roboredo só foram editadas uma vez.

Em 1615 publicou *Regras da Orthographia Portugueza*, obra que desapareceu, mas que tem seu caráter de raridade reconhecido. Embora houvesse uma tentativa de

---

<sup>23</sup> ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G. *Roboredo, Amaro de: Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Edição facsimilada. . ed. 1. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

<sup>24</sup> D. Diogo de Sousa foi eleito 7.º bispo de Miranda-Bragança (1597-1610) . Em 27 de Novembro de 1608 foi eleito arcebispo de Évora, cargo de que tomou posse a 27 de Maio de 1610, vindo a falecer a 31 de Dezembro desse mesmo ano.

reimpressão por Pe. Vitorino José da Costa, aproximadamente um século depois da original, sabe-se que ele promoveu algumas alterações e atualizações da obra original o que retira seu caráter autoral.

No mesmo ano edita *A Verdadeira Grammatica Latina, para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina*, uma obra voltada ao ensino de língua latina – como o próprio nome diz – que surge organizada em 10 capítulos divididos em duas fases de aprendizagem, o nível inicial e o nível da consolidação. O livro é constituído de um prólogo, uma gramática de 56 páginas e um suplemento de oito páginas em que o autor apresenta algumas objeções à sua gramática e respostas a tais objeções.

No ano de 1610 Roboredo edita seu principal livro: o *Methodo Grammatical para Todas as Línguas*. Que será abordado de forma mais profunda no subcapítulo seguinte.

O português publica ainda *Raizes da Lingua Latina mostradas em hum trattato e dictionario, isto he, hum compendio do Calepino*<sup>25</sup> com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, quantidade e frase delas no ano de 1621, um dicionário trilingue com entradas em latim e traduções para o português e o castelhano.

Em 1623 é a vez da publicação de *Porta de linguas ou modo muito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa com numeros interliniaes, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a Portuguesa, e Espanhola*.

O texto tratava-se de uma tradução de *Ianua Linguarum*<sup>26</sup>, que se tornou um imenso compendio composto de 1.262 sentenças latinas que foram traduzidas para o

---

<sup>25</sup> Espécie de dicionário.

<sup>26</sup> Publicada em 1611 a *Janua Linguarum sive Modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas* de autoria de jesuítas do Colégio Real de Nobres Irlandeses e tratava-se, de acordo com seus realizadores, de uma compilação destinada ao estudo das línguas ditas clássicas (hebraico, grego e latim) além das vernáculos (castelhano, francês, italiano e alemão) para estudantes de diversas nacionalidades além de auxiliar os missionários que figuravam no “novo mundo”. (FERNANDES, 2009)

português e, quando necessário, para o castelhano por Roboredo. Ainda, de acordo com Assunção e Fernandes, apesar de respeitar a ordenação do original, o linguista seiscentista fez uma grande contribuição através de colocações entre as linhas do original em que introduz a enunciação dos substantivos e adjetivos bem como a conjugação dos verbos, em um método bastante didático, o que tornava mais fácil a compreensão aos leitores.

Finalmente, em 1625, foi publicada a *Grammatica Latina de Amaro de Roboredo. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, livro que, segundo o próprio Roboredo, se trata de uma gramática escolar e não dedicada aos mestres. Assim, ao contrário do já publicado *Methodo Grammatical*, essa *Grammatica Latina* se dedica, através de uma didática totalmente inédita, somente à análise da língua latina.

Por fim, resta acrescentar que Amaro de Roboredo foi um mestre no latim lecionando para alunos particulares ao invés de turmas coletivas que pregava que o estudo de línguas estrangeiras só deveria vir após a compreensão das noções básicas e essenciais do próprio idioma materno.

## **6.2 Methodo grammatical para todas as línguas**

Composto de três partes, o *Methodo grammatical para todas as línguas* – ou MGL – foi chamado por Roboredo de gramática geral, uma definição que, novamente de acordo com Assunção e Fernandes, surge apenas uma vez em seu trabalho, na dedicatória, e que, por conseguinte, traduz a intenção do seiscentista de criar um novo método de ensino que tivesse um caráter genérico a todas as formas de aprendizado de qualquer idioma juntamente com uma tentativa de sistematizar todas as línguas conhecidas.

Neste momento da MGL pode-se notar algo que os autores acima denominam como sendo uma espécie de precursão de uma gramática geral. Embora tal termo seja um tanto perigoso, pois não se pode alegar que Roboredo tenha sido o antecedente de uma forma de enxergar a gramática que só veio existir 50 anos depois em Port-Royal. O fato é que o linguista português procurou identificar e validar aquilo que era comum às línguas ao seu redor, em uma visão muito parecida com o que depois viria a ser conhecido como universais linguísticos.

No seu prólogo Roboredo mostra que traz um número contável de elementos linguísticos e, entre eles, aqueles que no futuro viriam a ser considerados universais.

Pretêdia q fosse este Methodo universal: porque, *Omnes natura duce vehimur*[Cicer., *De Natura Deorum*]. Adisposição da materia V. M. a verã com a correspondencia da Portuguesa & Latina & não lhe descontentará o artificio das conjugaçoës. E se as Scolas lhe não derem com a porta nos olhos, sei que lhe darã os aprendizes muitas graças, polo trabalho que com elle forraõ: & que me darã animo de lhes offerecer outra ajuda de custo. Ordenei poucos preceitos, porque, *Melius est ponere principia finita, quam infinita* [Arist., *Phys.*]. Emuitos delles saõ universaes; porque, *Oportet principia semper manere*. Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas línguas que não sei: porque, *Naturam ducem si sequamur, nunquam aberrabimus* [Cic., *Offic.*] (*Ibidem*: b 4 r.).

Roboredo fez, justamente através desta tentativa de universalizar a gramática, de seu MGL uma das primeiras obras a possuir tal caráter de abrangência e fixou, por meio da razão, a base de seus preceitos universais linguísticos, pois tinha visão racional da língua.

A primeira parte da MGL abrange os estudos morfológicos e sintáticos, enquanto a segunda traz todas as 1.141 sentenças que figuram no *Ianua Linguarum*, além das colocações de Roboredo sobre o tema. A terceira parte é denominada de *Phrase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica* em que o autor se dedica a análise de frases latinas e portuguesas com foco na observação e descrição de sintaxe e retórica. Algumas das frases foram criadas por ele, enquanto outras foram extraídas de autores clássicos.

Para finalizar, no meio de sua MGL, Amaro de Roboredo publica um suplemento de três páginas que se chama *Recopilaçam da grãmatica portugueza, e*



*latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as línguas. Trazendo as 1141 frases do Ianua Linguarum.*

Outro detalhe importante que deve ser mencionado é o fato apresentado por Leite<sup>27</sup> de que o manual de Roboredo, embora tenha como principal objetivo o ensino do latim para estudantes estrangeiros, também servia como um instrumento de crítica ao método de ensino praticado pelos jesuítas europeus daquele período, justamente por apresentar em seu conteúdo algumas razões para o estudo dessa língua já morta.

Roboredo entendia que não havia mais nada que motivasse o aluno a buscar a fluência do idioma latino, uma vez que se tratava de uma língua morta, segundo o autor o que havia apenas era uma busca pelo conhecimento de suas regras, o que, por sua vez, era uma busca embasada apenas no sentido do estudo e da pesquisa.

### **6.3 O artigo em Roboredo**

Primeiramente é fundamental deixar claro que pesquisar a obra de Roboredo mostrou-se tarefa bastante difícil. Embora existam alguns teóricos que estudaram o gramático português, pouco de seu material produzido continua a existir em nosso tempo, e menos ainda é acessível. Dito isso, não é difícil entender porque são poucas as referências que figuram neste trabalho em relação a Amaro de Roboredo.

A respeito do artigo, outra questão deve ser levantada, a Gramática de Roboredo é extremamente fiel aos padrões latinos, portanto o autor não abre muito espaço para apresentar elementos muito diferentes das gramáticas latinas – embora algumas coisas devam surgir, como o caso dos artigos por exemplo.

Em uma abordagem bastante sutil, em um espaço de apenas um parágrafo Roboredo explica o que é o artigo, dizendo que tem a função de mostrar o gênero dos

---

<sup>27</sup> LEITE, M. Q. *A construção da norma linguística na gramática do século XVIII*. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 55, p. 665-684, 2011.

substantivos comuns. Desta feita, o “O” se traduz em masculino enquanto o “A” está ligado ao feminino.

Por fim, Roboredo afirma que este “artículo” não está presente no latim, mas funciona como no grego antigo. Portanto, o autor também apresenta um uso da classe de palavra posposta ao nome quando este vem no caso relativo. Segundo o autor, o artigo age da mesma forma que no grego, ou seja, funcionando como um pronome.

A fim de explicar melhor este segundo uso – de artigo como pronome – Roboredo apresenta um exemplo (p. 47), que é reproduzido abaixo.

- a) *o tempo tira a tristeza confumindo a*
- b) *o tempo tira a tristeza, consumindo-a*

Desta forma, Roboredo age como seus predecessores e retoma inteiramente o que foi dito por Dionísio, embora não faça uma referência direta ao autor grego em seu MGL. Assim, somos brindados novamente com mais uma classificação de “artigo” do que com uma definição propriamente dita.

#### **6.4 Comentários**

A melhor forma de se iniciar os comentários a respeito de Roboredo é através das palavras de Leite<sup>28</sup>:

Amaro de Roboredo mais que um gramático e professor de latim deve ser considerado um teórico da área de ensino de línguas estrangeiras, e o *Methodo grammatical* para todas as línguas comprova essa afirmação. No contexto do século XVII, revelou-se um homem inovador no domínio do

---

<sup>28</sup> LEITE, M, Q. *Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 13, p. 337-368, 2011.

ensino de línguas estrangeiras, não somente por ter proposto uma revolução no ensino do latim, no que concerne tanto à seleção dos assuntos que devia constar dos manuais de ensino dessa língua e ao ensino bilíngue, a partir da língua materna, quanto à defesa do universalismo de certas regras da gramática.

É inegável que esta busca pelos universais linguísticos está presente em toda a obra de Roboredo e como tal acaba por interferir em seu MGL. Roboredo estava à frente de seus contemporâneos quando entendeu que, por lidar com uma língua morta, não havia por que se preocupar com a pronúncia do idioma com que estava lidando indo, além disso, pois procurava estabelecer um elo entre todos os idiomas, o que poderia facilitar muito os estudos posteriores.

É claro perceber que a preocupação de Roboredo não é explicar detalhadamente o funcionamento do idioma português, afinal o autor está mais interessado em trabalhar tendo o idioma latino como base, portanto algumas explicações ficam um tanto superficiais, como é o caso dos artigos, justamente por estes não aparecerem no latim.

Embora tal classe de palavras tenha sido citada em seu MGL, o autor não se prende muito a ela, apresentando apenas uma classificação básica e uma breve demonstração de uso. Sendo assim, sua gramática não traz inovações na forma de entender o “artigo”.

Ainda que uma obra importante dentro de seu tempo e posterior a ele, o MGL em sua busca de apresentar os universais linguísticos continua sendo um manual baseado na língua latina e naquilo que foi escrito anteriormente. Por mais que tenha seu caráter inovador, e sua peculiaridade de entender que o aluno não precisa mais dominar a fonética do latim, ainda assim, seus textos, suas definições, demonstrações e classificações continuam superficiais.

Outra questão é a ausência de comentários sobre o artigo indefinido. Embora sejam presentes no idioma português, Roboredo não toca no assunto em momento algum do livro, uma vez que tal classe ainda não havia sido definida nas línguas românicas, vindo a ser classificada apenas em Port-Royal, 50 anos depois. Como o próprio autor afirma, baseia sua classificação de artigo nos trabalhos do grego clássico,

e como estes não tinham a presença do artigo indefinido o mesmo acaba por ocorrer na MGL. Desta forma temos novamente um trabalho focado nos artigos definidos que são utilizados para demonstrar os casos no português.

## 7 GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL – século XVII, 1660

### 7.1 Importância

Antes de partir para o capítulo dedicado à gramática de Port-Royal, ou *Gramática Geral e Razoada*, é necessário explicar porque ela foi colocada neste trabalho neste momento. Procurei estabelecer uma ordem cronológica analisando assim as obras que surgiram primeiro na história da humanidade rumando em direção aos dias de hoje, portanto nada mais lógico que a Gramática de Port-Royal (GPR) fique entre a publicação de Roboredo, datada de 1610 e a de Argote, com data de 1725, uma vez que a GPR veio ao mundo em 1660.

A presença de uma gramática de língua francesa figurar em um trabalho que se propõe a analisar a língua portuguesa fica justificada por sua grande importância como gramática e na forma em que influenciou os trabalhos que vieram após sua publicação, como pode ser visto nas palavras de Ranauro<sup>29</sup>:

A publicação da Gramática de Port-Royal (1660) representa um corte epistemológico e uma ruptura com o modelo latino. Surge como resposta às insatisfações com a gramática formal do Renascimento. Inicia-se a busca do rigor científico, na ruptura com o método das gramáticas anteriores.

Essa ideia de “ruptura com o modelo latino” por parte dos autores, Arnauld e Lancelot, os levou a formatar um novo estilo de fazer gramática, como eles mesmos dizem no prefácio:

O compromisso com que me<sup>30</sup> empenhei, mais por acaso do que por escolha própria, de trabalhar nas Gramáticas de diversas línguas, muitas vezes me levou a buscar as razões de várias coisas que são ou comuns a todas as línguas, ou particulares a algumas delas: tendo, porém, encontrado por vezes dificuldades que me faziam parar, comuniquei-as, em nossos encontros a um de meus amigos<sup>31</sup>, que, embora nunca se tivesse dedicado a esse ramo da

---

<sup>29</sup> RANAURO, H. *O legado de Jerônimo Soares Barbosa*, Revista Portuguesa de Humanidades, n.º 7, fascs. 1-2, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Braga/Portugal, ano 2003. p.253-265

<sup>30</sup> Lancelot.

<sup>31</sup> Arnauld.

ciência, logrou dar-me muitas aberturas para resolver minhas dúvidas [...] (1660)

Como pode ser visto neste pequeno excerto do prefácio da GPR a intenção dos autores era a de resolver questões a respeito das línguas, em oposição ao que era praticado até então em que os fenômenos linguísticos eram apenas classificados e descritos nas gramáticas, conforme pode ser visto nos capítulos anteriores deste trabalho. Com isso iniciou-se um novo formato de fazer gramática em que não mais se procurava analisar um determinado idioma com base no latim.

## 7.2 Autores

### 7.2.1 Antoine Arnauld

De acordo com trabalho de Stencil<sup>32</sup>, Antoine Arnauld, nascido em Paris no ano de 1612, já era reconhecido pelos seus pares como um proeminente cientista e filósofo. Em 1633 foi titulado doutor em teologia pela Universidade de Sorbone em Paris. Sua vida esteve sempre ligada ao jansenismo e ao monastério de Port-Royal.

Autor de um grande número de textos voltados à filosofia e teologia, Arnauld, tinha a lógica como uma metodologia de trabalho. Segundo Kremer<sup>33</sup>, o teólogo francês possuía uma importante posição orientadora em Port-Royal, sendo coautor da Lógica de Port-Royal, ou *La Logique ou l'art de penser*, 1662, um importante manual de lógica, que funcionava como uma espécie de contraparte da gramática de Port-Royal.

Sempre trabalhando bastante Antoine Arnauld veio a falecer em agosto de 1694 com 82 anos, na cidade de Bruxelas, deixando para trás um legado que influencia trabalhos linguísticos até os dias de hoje.

---

<sup>32</sup> STENCIL, E. Antoine Arnauld. Internet Encyclopedia of Philosophy.(2012)

<sup>33</sup> KREMER, E. Antoine Arnauld, Stanford Encyclopedia of Philosophy. (2008)

### 7.2.2 Claude Lancelot

Lesaulnier<sup>34</sup> abre seu artigo sobre a vida de Claude Lancelot afirmando que o filósofo francês nasceu no ano de 1616 na cidade de Paris, foi um dos responsáveis pela criação das *Petites écoles de Port-Royal*, ou escolinhas de Port-Royal – escolas que foram fundadas no ano de 1637 que trabalhavam com uma metodologia de ensino dos pensadores de Port-Royal (DELFORGE, 1985).

Entre seus trabalhos podemos citar a autoria de *Nouvelle méthode pour apprendre la langue latine* (1644), de *la Nouvelle méthode pour apprendre la langue grecque* (1655), do *Jardin des racines grecques* (1660) e de *la Grammaire générale et raisonnée* (1660). Todos importantes livros no campo da linguística.

Retirou-se para a Abadia de Saint-Cyran-en-Brenne local em que veio a se tornar um beneditino, partindo de lá para um exílio na Grã-Bretanha até seu falecimento no ano de 1695.

### 7.3 O artigo segundo a Gramática de Port-Royal

Como foi dito na primeira parte deste capítulo, havia por parte dos autores da GPR uma preocupação em responder os porquês de certos fenômenos linguísticos bem como as origens de seus elementos. Desta forma, temos no início do capítulo dedicado ao artigo uma explicação de porque, segundo os autores, esta classe de palavras está presente em alguns idiomas.

De acordo com os autores, os nomes comuns e os apelativos possuem uma significação vaga o que os forçou a serem colocados em dois tipos de número, o singular e o plural, porém esta divisão apenas não foi o suficiente para determiná-los então uma nova classe teve de ser criada, a dos *Artigos*.

---

<sup>34</sup> LESAULNIER, J. “*La vie de Claude Lancelot, Solitaire de Port-Royal, par le bénédictin don Clémencet*” *Publications électroniques de Port-Royal*, série 2007, section des articles et contributions.

Ainda segundo os autores, as ‘novas línguas’ – referência aos idiomas que estavam se solidificando ao longo do continente europeu – apresentam dois tipos de artigo, o definido e o indefinido, conforme exemplo abaixo:

f) le, la – artigos definidos (“o” e “a” respectivamente)

g) un, une – artigos indefinidos (“um” e “uma” respectivamente)<sup>35</sup>

A explicação que segue na GPR se mantém sobre o idioma francês, o que não surpreende, uma vez que a gramática é sobre este idioma, e como tal não é relevante para nosso trabalho, pois o que os autores apresentam apenas são as diversas variações de número dos artigos em relação aos casos presentes no idioma. O que realmente importa é a finalização do capítulo, em que os autores retomam novamente a característica de um pensamento de gramática geral e apresentam conclusões a respeito da classe de palavras como um todo. Desta forma, segundo Arnauld e Lancelot, os artigos não deveriam ser apostos aos nomes próprios, uma vez que estes já se ocupam de designar algo – seja singular ou plural – e, portanto, não necessitam da presença do artigo.

Porém, esta regra de uso não “concorda sempre com a razão”, nas palavras dos autores, isto porque alguns idiomas insistem em utilizá-lo, como o grego e o italiano.

Outra questão interessante levantada pela GPR é a do uso dos artigos antepostos aos adjetivos. De acordo com os autores da gramática só surgem artigos diante de palavras que são tradicionalmente adjetivos – como branco ou vermelho – quando estas exercem função de substantivo. Como na frase “o branco é o meu carro, o vermelho de minha esposa”.

---

<sup>35</sup> Traduzido do francês.



## 7.5 Comentários

Assim como foi dito no início do capítulo, a GPR está presente nesse trabalho por sua importância como marco histórico. Apenas a partir de sua publicação é que as demais gramáticas começaram a se desprender do latim e olhar para seus idiomas de forma mais neutra e aprofundada. São inúmeros os trabalhos que debatem acerca desta importância, mas, deixaremos essa questão de lado para seguir o curso desta dissertação.

Sobre os artigos, a GPR foi, em meu trabalho, pioneira quando explicou a origem desta classe de palavras. Ao contrário do que foi encontrado nas quatro gramáticas analisadas anteriormente esta foi a primeira vez em que tal assunto foi debatido. Sua explicação a respeito da origem dos artigos, ainda que um tanto vaga, não deixa de ser importante, pois mostra que muito pode ser explorado a respeito do tema e muito pode ser discutido.

A respeito dos artigos indefinidos, também vale mencionar o pioneirismo da GPR em relação a isso. Até este momento os artigos vinham sendo estudado com base no que apareceu no grego de Dionísio, ou seja, apenas o definido figurava nas gramáticas, mas isso mudou com a GPR que traz uma breve descrição dos indefinidos. E por breve descrição é importante ressaltar que os autores mostram quais são os indefinidos, suas variações de número e alguns exemplos de uso, porém não explicam a diferença entre eles e os definidos.

E finalmente, a terceira novidade que surge em uma gramática a respeito do artigo está em sua explicação no uso com os adjetivos. Nebrija já havia mostrado em sua GLC alguns casos em que o artigo não deveria ser utilizado, mas não havia feito da forma que Arnauld e Lancelot fizeram em Port-Royal.

Era lógico que as novas propostas estabelecidas por Arnauld e Lancelot levariam a uma nova forma de se fazer gramática, de se enxergar a língua e seu funcionamento, o que não se sabia até então era que consequências isso traria. Desta forma, é importante frisar que este capítulo marca um importante momento histórico. Do mesmo jeito que a

Tékhnē Grammatikē de Dionísio influenciou e direcionou as obras posteriores, a Gramática de Port-Royal se faz presente para influenciar as que vieram depois dela.

## 8 REGRAS DA LÍNGUA PORTUGUEZA, ESPELHO DA LÍNGUA LATINA – século XVIII, 1721

### 8.1 Jerónimo Contador de Argote

Membro da ordem teatina e professor de filosofia, o português Jerónimo Contador de Argote, nasceu em Colares, Portugal, no ano de 1676, ainda que não haja uma certidão de batismo indicando a data específica. O autor foi, de acordo com Kemmler<sup>36</sup>, o primeiro gramático a incluir em seus textos algumas das noções apresentadas pelos autores de *Port-Royal* indo mais além ao incluir também uma sistematização do conteúdo variacional do idioma lusitano.

Aprofundou-se no estudo da língua latina no Colégio Jesuíta São Francisco Xavier em Lisboa, porém não pode concluir por problemas de saúde e partiu para Minho, lugar em que ficou até 1715.

Entre os feitos de Argote registra-se sua presença como um dos membros fundadores, juntamente com os irmãos Argote, da Academia Real de História Portuguesa, uma manifestação do movimento iluminista português que tinha como objetivo a escrita da história portuguesa e de seus domínios de além mar.

Teve uma produção literária variante, escrevendo tanto sobre história como sobre gramática. Do que se destaca, vale a pena citar *Memórias Históricas do Arcebispado de Braga*, uma produção de caráter histórico, dividida em quatro volumes que se dedicavam a traduzir a vida de D. João V – regente de Portugal da primeira metade do século XVIII – e *Regras da língua portuguesa, espelho da lingua latina*, uma gramática que será estudada de forma mais aprofundada no próximo tópico.

Argote faleceu em 1749, em Lisboa, no convento dos Caetanos.

---

<sup>36</sup> KEMMLER, R. *Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da lingua portuguesa, espelho da lingua latina (1721, 1725)*, *Limite: Revista de Estudios Portugueses*, 6: 75 – 101, 2012

## 8.2 Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina.

Leite<sup>37</sup> disserta sobre o que ela julga serem “três gramáticas relevantes de diferentes séculos (XVI, XVIII e XX), no que concerne ao tratamento da variação linguística” além de afirmar que são de importância substancial para a historiografia linguística e finalmente para uma constituição de norma gramatical.

Com duas edições, Regras da língua portuguesa, ou RLP, tem como data de sua primeira publicação o ano de 1721, quando foi editada trazendo o nome de Padre Caetano Maldonado da Gama, pseudônimo de Argote. Essa primeira versão consistia em uma gramática estruturada em um livro de três partes. A morfologia, a primeira parte, compreende onze capítulos; a segunda, composta por oito capítulos, trata da sintaxe; a terceira parte lida com a sintaxe figurada em seus sete capítulos.

A segunda edição da RLP, datada de 1725 apresenta algumas novidades em relação à primeira, como a presença de uma quarta parte voltada aos estudos da variação linguística, além de um exercício de uma carta até então inédita de Padre Antônio Vieira e a publicação do nome real do autor.

Trata-se de uma obra importante, fortemente influenciada por autores anteriores, como Fernão de Oliveira e Amaro de Robredo, a RLP apresenta dentro de sua estrutura uma grande inclinação a uma tendência universalista que já havia sido explorada pelos autores citados anteriormente. Argote (1725), porém difere destes dois autores, pois o setecentista está muito mais consciente dessas regras. Tanto que sua obra demonstra uma preocupação constante em confirmar tais regras.

---

<sup>37</sup> LEITE, M. Q. *A construção da norma linguística na gramática do século XVIII*. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 55, p. 665-684, 2011.

### 8.3 O artigo em Argote

Antes de entrar na gramática propriamente dita, Argote faz um aviso a seus leitores:

Também advirto que alguns poderão estranhar a explicação que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza, porém os que forem versados na lição do novo método nos Padres da Congregação de Port-Royal, e da Grammatica Discursada do Padre Lami, verão que na Grammatica Portugueza observo a mesma doutrina que eles observaram a respeito da latina. (ARGOTE, 1725)

Desta forma o autor já demonstra que seu livro será um pouco diferente do padrão, pois está utilizando métodos até então modernos para fazer suas explicações a respeito de seu idioma.

Escrito como um diálogo, a terceira parte da RLP trata das classes de palavras e é dentro delas que se encontra o artigo. Seguindo um método gradativo de explicação, o setecentista inicia falando rapidamente sobre o que é a língua portuguesa, partindo para uma breve explicação sobre o que são as orações e, finalmente, entrando nas classes de palavras, que ele define como sendo oito: nome, pronome, verbo participio, adverbio, preposição, conjunção, interjeição<sup>38</sup>.

Interessante perceber que Argote deixa de listar o “artigo”. Não que seu texto final não contemple a explicação deste, mas essa é apenas uma demonstração de como seu trabalho foi baseado na língua latina, pois o que o autor faz neste momento é repetir a lista de classes do latim. Novamente por esta não conter o “artigo” em sua estrutura.

Argote inicia sua explicação do que são artigos ainda dentro da explanação sobre os nomes – estratégia que será utilizada em toda a parte relacionada com as classes de palavras. Em sua apresentação sobre tal classe de palavras, o autor apenas diz que o

---

<sup>38</sup> Temos nessa passagem um fato bastante curioso que se traduz em duas hipóteses; (i) há, na gramática de Argote essa falta de vírgulas entre “verbo” e “participio”, porém isso não ocorre entre as outras classes, além do fato de que o autor não separa uma parte de sua obra para lidar com o participio em especial, portanto é possível que “verbo participio” seja apenas de uma classe e na listagem de oito classes Argote colocou apenas sete; (ii) de que se tratam de duas classes - "verbo" e "participio" – que teria a falta da vírgula como erro de impressão.

“artigo é uma palavrinha, ou partícula que se põe antes do nome.” (ARGOTE, 1725). A partir dessa afirmação surgem os primeiros exemplos de uso, nos mesmos moldes das gramáticas analisadas anteriormente, isto é, sem a presença de um aprofundamento sobre o tema.

“A virtude” e “o amor” foram os exemplos escolhidos pelo autor para mostrar artigo em uso. Após escrever estes exemplos, Argote fala que o ‘a’ antes de virtude e o ‘o’ antes de amor são artigos. O autor continua sua explicação dizendo que no português existem dois artigos somente – o “A” e o “O”, assim, os artigos indefinidos que surgem na GPR desaparecem no texto do autor, ainda que ele se diga seguidor de Port-Royal.

A seguir a explicação de Argote sobre o “artigo” toma um rumo inusitado. Como já foi dito anteriormente a RLP foi escrita reproduzindo um diálogo em que um hipotético aluno questiona seu professor a respeito das funcionalidades, características e usos de seu idioma. Dentro deste diálogo surge o momento em que o artigo está sendo debatido e eis que o estudante pergunta: *Antes do nome sempre se põe artigo?*

Como era de se esperar a resposta de Argote é negativa e vem seguida de um exemplo como prova: *Sempre não*. E o exemplo: *Pedro não está em casa*. Após este pequeno diálogo o estudante questiona como saber quando se utiliza o artigo antes do nome, o que leva a resposta mais superficial possível. Segundo Argote, a maneira de saber se utiliza o artigo antes do nome ou não é apenas através do uso, conforme reprodução a seguir.

P: *E como se sabe se antes do nome há de por o artigo, ou não o por?*

R: *Sabe-se pelo uso.* (ARGOTE, 1725)

O autor não vê a necessidade de explicar o que leva os nomes a exigirem artigos ou não além de acreditar que todos os seus alunos e leitores sejam plenamente capazes de solucionar essa questão sozinhos.

O interrogatório do aluno segue ao questionar sobre a variação de números e as declinações de casos dos artigos. Neste momento o autor interrompe brevemente sua

explicação a respeito do artigo para explicar o que são e como funcionam os casos na língua portuguesa. Ao definir o caso como mudança de posição das palavras e alteração das letras o autor retorna a tratar do artigo e apresenta uma tabela com as declinações dos artigos. Dos seis casos portugueses – Nominativo, Genitivo, Dativo, Acusativo, Vocativo e Ablativo – o artigo se declina em cinco, deixando apenas o Vocativo de lado. Abaixo as tabelas com as declinações dos artigos “A” e “O” de acordo com número e caso, conforme apresentadas por Argote, antes, porém é importante verificar o quanto tais tabelas são semelhantes ao que foi apresentado por João de Barros, como se Argote tivesse ignorado a GPR e retomado o autor quinhentista.

#### Declinações do “O”.

Número Singular	
Nominativo	o
Genitivo	do; de
Dativo	no; o; à
Acusativo	ao; o ; a
Ablativo	do; de

Número Plural	
Nominativo	o
Genitivo	dos; de
Dativo	nos; os; à
Acusativo	aos; os ; a
Ablativo	dos; de

#### Declinações do “A”

Número Singular	
Nominativo	a
Genitivo	da; de
Dativo	à
Acusativo	à
Ablativo	da; de

Número Plural	
Nominativo	as
Genitivo	das; de
Dativo	às
Acusativo	as
Ablativo	das; de

Após a colocação de tais tabelas, o autor volta a explicar sobre as normas relativas aos usos dos casos em que são apresentadas mais de uma forma de artigo, como o Genitivo do “O” no singular, em que o falante tem como opções de usos o “do”

e o “de”. Outra vez vemos Argote tomar o caminho mais curto e não entrar no mérito da questão e após a colocação de dois exemplos – um primeiro em que se utiliza o “do” e um segundo com uma frase em que utiliza o “de” – o autor afirma que é através do uso que se sabe qual artigo deve ser utilizado, neste momento surge uma confusão entre artigo e preposição, pois o autor não explica se este “de” é preposição ou artigo. Assim o setecentista demonstra mais uma vez seu otimismo em crer no potencial de seus leitores.

Finalmente, quando termina sua passagem sobre os artigos, Argote levanta a questão de que aqueles que figuram no caso ablativo também podem ser chamados de preposições e que falará sobre isso mais adiante. O curioso desta questão é que no campo reservado às preposições o autor não comenta sobre essa condição do artigo/preposição e a única menção sobre fato fica sendo aquela presente no final da classificação dos artigos.

Por fim, antes de terminar a parte dedicada ao artigo de Argote, é importante mencionar que ao explicar sobre as declinações dos casos dos nomes o autor português a faz tendo como base os artigos. Segundo o linguista as declinações dos nomes variam entre aqueles que têm o artigo “o” anteposto a este para aqueles que têm o artigo “a” e como de costume não pode deixar de afirmar que é através do uso que o falante sabe se utiliza o “a” ou o “o”.

#### **8.4 Comentários**

Como foi explicitado pelo próprio autor, a RLP segue um padrão diferente do que foi apresentado até então, com um texto que busca se desprender do que era o comum na época e se aproximando mais do que foi introduzido pela gramática de Port-Royal, no século XVII, ou seja, tinha como característica, de acordo com Cizescki<sup>39</sup> o

---

<sup>39</sup> CIZESCKI, F. *Entre Chomsky e Port-Royal: uma análise da leitura chomskiniana*. Working papers em linguística, 9 (1): 121-131, Florianópolis, SC, 2008.



fato de se preocupar com o caráter universal da linguagem. Segundo a autora, a gramática francesa marca um encontro entre filosofia e gramática buscando encontrar e fundamentar uma gramática que pudesse servir para todos os idiomas, sem a necessidade de uma língua específica base.

Este caráter de inovação pode ser percebido ao longo de todo o texto de Argote, enquanto o autor busca se livrar das bases do latim para lidar com a língua portuguesa. Essa é a primeira mudança significativa em relação às gramáticas ao longo do período.

O texto de Argote, embora escrito de forma clara e seja fácil de ser lido e compreendido apresenta sérios problemas quanto à profundidade. Sua gramática procurou lidar com os mais variados campos da linguística, como o que se refere a variações linguísticas, apresentado na quarta parte do livro. Tudo isso, porém não supera alguns problemas que sua gramática possui.

O principal dos problemas que pode ser citado é o grande número de brechas que Argote optou por deixar. As diversas vezes em que o autor deixa de explicar alguma coisa tendo como base a ideia de que “sabe-se pelo uso” é desconcertante e de certa forma limita o público de sua obra. Em outra passagem, quando questionado pelo seu aluno fictício a respeito de algumas particularidades que surgem nas preposições, Argote responde sem rodeio que o assunto é *embraçado* e que não é para principiantes, portanto ele não as explica.

Mesmo que não apareça algo neste nível no momento em que o autor escreve sobre os artigos, sua superficialidade está no mesmo patamar. Seja por deixar algumas coisas serem descobertas através do *uso* ou mesmo quando afirma que há uma semelhança entre uma determinada declinação de caso de artigo com uma preposição sem dar detalhes sobre esse fato. Outra questão inusitada já mencionada é o fato de o autor não listar os artigos como sendo uma parte do que compõe a oração, mas classificá-lo mesmo assim sem fazer referência ao fato.

Outra questão importante está no que tange a própria classificação do artigo. O autor não se prende a nenhuma definição, colocando apenas mais uma lista de usos e exemplos – conforme o que fora feito por todas as gramáticas analisadas até este

momento do trabalho. Suas tabelas poderiam ser facilmente identificadas e reconhecidas por falantes, e sua gramática perde seu valor nessa parte. Embora tenha seus capítulos inovadores, sua classificação das classes de palavras é subjetiva, parcial e superficial, isso sem contar a contração da preposição “de” com os artigos que é ignorada pelo autor, novamente, como foi feito anteriormente por João de Barros, essa contração procura dar conta dos casos da língua portuguesa.

Além disso, a superficialidade com que aborda os assuntos e os poucos exemplos que apresenta são ineficientes para que um estudante consiga ter base sólida para um futuro aprofundamento sobre algum tema específico.

Por fim, e não menos importante está a questão da presença do artigo no português em relação a sua ausência no latim. A entrada no século XVIII, a decadência da importância do latim e a forte influência da gramática de Port-Royal fizeram com que a base latina das gramáticas portuguesas menos significativas, ou seja, a gramática deixou de se apoiar inteiramente no que foi produzido pelos latinos e começa a preocupar-se mais com questões internas – ainda que em alguns momentos a presença do modelo latino seja sentida.

Esse fato é claramente visível na RLP justamente no momento em que Argote decide não comentar sobre a presença do artigo, mais especificamente quando ele não o lista como uma das partes da oração e anda assim o explica. Isso é claramente uma influência das gramáticas latinas. Essa passagem do texto funciona quase como uma tradução do que era apresentado no idioma latino, pois essa estrutura de oito partes da oração já havia sido apresentada por diversos autores latinos em seus trabalhos.

É importante ressaltar também o desaparecimento dos artigos indefinidos que haviam figurado a GPR. Argote não os menciona agindo como se eles não fizessem parte da língua ou não tivessem importância. Novamente o que temos é uma gramática, que é um reflexo de obras latinas, conforme o próprio título informa, que apresenta o artigo como artifício da presença e variação de casos no português e como os definidos dão conta disso, os indefinidos tornam-se desnecessários, portanto são ignorados.

## **9 A ARTE DA GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA – século XVIII, 1770**

### **9.1 Antônio José dos Reis Lobato**

Pouco se sabe sobre Antônio José dos Reis Lobato. Segundo o trabalho de Assunção<sup>40</sup> há indicações de que tenha nascido no ano de 1721 em Abranches. Após extensa pesquisa, o autor demonstra duas questões sobre Lobato:

1 – A existência de Reis Lobato, sem que tivéssemos descortinado, até o momento, qualquer dado que nos provasse tal;

2 – Que o nome António Jose dos Reis Lobato fosse um pseudônimo, o que era muito vulgar fazer na época. (ASSUNÇÃO, 1997).

Embora o trabalho de Assunção demonstre a possibilidade desta existência de Reis Lobato,

Finalmente, através de uma análise entre textos de autoria de Lobato com outro de Antônio Pereira de Figueiredo, Assunção chega a mais uma conclusão, a de que António José dos Reis Lobato tratava-se de um pseudônimo de Antônio Pereira de Figueiredo.

### **9.2 A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza**

Publicada no ano de 1770, a Arte da Grammatica da Lingua Portugueza (AGL), no final do Período Pombalino (1750 – 1777)<sup>41</sup> tinha, segundo Rodrigues<sup>42</sup>, como

---

<sup>40</sup> ASSUNÇÃO, C. da C. *Uma leitura da introdução da Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de Reis Lobato (1770)*. Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literatura”. Porto XIV, 1997 p. 165-181.

<sup>41</sup> Momento histórico que faz referência ao período em que Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – atuou como o primeiro ministro português, promovendo diversas reformas administrativas que visavam centralizar o poder de Portugal sobre suas colônias. Dentre diversos fatores figurava a modernização do ensino (FAUSTO, 2012).

<sup>42</sup> RODRIGUES, J. de C. *Reis Lobato (1721? – 1804?) e as primeiras gramáticas de língua portuguesa: Rupturas e continuidades*. In: Seminário do GEL, 57, Ribeirão Preto, SP, 2009.

principal finalidade funcionar como uma espécie de instrumento didático para a implementação do ensino público do português.

Dividida em duas partes, a AGL se subdivide mais ainda, pois tem sua primeira parte composta por seis livros enquanto a segunda possui quatro que se configuram em um trabalho com setenta lições. Além destas partes ainda compõem a AGL a dedicatória, introdução e alguns proêmios. (SILVA, 2006)

A gramática de Lobato foi editada quarenta vezes em um intervalo de 99 anos, e de acordo com Assunção, já apresenta os ideais do autor em relação ao aprendizado da língua materna, ou seja, uma defesa deste estudo de língua materna que por sua vez servirá como base para o aprendizado de qualquer língua posteriormente.

Lobato também cita autores anteriores em sua AGL, como Fernão de Oliveira e sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1536 – que, de acordo com Lobato, não deve ser considerada uma gramática, pois apenas apresenta uma breve ideia sobre as letras e seus sons.

João de Barros e seu trabalho publicado em 1540 também não são perdoados por Lobato, segundo o português, a gramática do quinhentista é “muito breve e não dá a perfeita ideia do que é gramática, por não tratar das partes do discurso com a extensão e a clareza necessária.” As críticas de Reis Lobato também atingem Amaro de Robredo e seu *Método Gramatical* que veio a luz em 1619, pois o tratado sintaxe do *Método* contém um grande número de erros, justamente por querer entender a sintaxe portuguesa através da latina.

Essa pequena parte da introdução da AGL já demonstra o quanto ela está ligada com o que surgiu em Port-Royal, ou seja: o rompimento com o fazer gramática tendo como base as regras e o comportamento do idioma latino. O único gramático que Lobato não critica é Argote, justamente pelo fato do trabalho dele também estar adequado ao formato da Gramática de Port-Royal, assim como o seu próprio.

### 9.3 O artigo em Lobato

A primeira entrada do primeiro livro da AGL – dedicado à etimologia – é sobre o artigo. As primeiras diferenças em relação às gramáticas anteriores a Port-Royal ficam evidentes com a ausência de uma explicação sobre as “partes da oração” em que o artigo figurava de forma ambígua.

Partindo direto para uma explicação do que é o artigo, Lobato o define como sendo uma *palavrinha, que por si não significa coisa alguma*. Porém, quando colocada diante de nomes apelativos ou comuns os determinam ou os restringem, fazendo com que designem uma pessoa ou coisa.

A seguir o autor apresenta um exemplo, que pode ser visto logo abaixo, a fim de demonstrar sua explicação sobre os artigos:

a) Pedro, dá-me os livros. (LOBATO, 1770)

Segundo o autor português, como pode ser visto no exemplo, o artigo “os” anteposto ao nome comum “livros” determina sua significação geral, ou seja: no espaço em que estão todos os livros só importam aqueles que Pedro sabe quais são. Coisa que não ocorreria se a frase original fosse “Pedro, dá-me livros”.

Por fim, o autor termina sua passagem pelos artigos dizendo que eles também servem para mostrar o caso, o número e o gênero dos nomes, os quais ele explicará melhor quando estiver debatendo suas declinações.

Em sua segunda lição, Lobato apresenta as declinações de número do artigo. Segundo o linguista, esta classe de palavra tem dois números, o singular e o plural, além da declinação de cinco casos para cada um destes números. Sobre a distinção de número o autor demonstra que apenas a colocação do “s” é suficiente – “o” fica “os” e “a” “as” – enquanto o mesmo não ocorre com os casos.

Quanto ao caso, o escritor português explica que os artigos não possuem declinações porque não são adicionados sufixos a eles, mas eles são marcados por partículas antepostas a eles, assim o autor apresenta a tabela que mostra o resultado dessa fusão de artigo e partícula que torna possível identificar seu caso, conforme reproduzido abaixo.

#### Declinações do “O”.

Número Singular	
Nominativo	o
Genitivo	d’o
Dativo	ao
Acusativo	o; a-o; para-o
Ablativo	d’o; n-o; pelo-o

Número Plural	
Nominativo	os
Genitivo	d’os
Dativo	a-os
Acusativo	os; a-os; para-os
Ablativo	d’os; n-os; pelo-os

#### Declinações do “A”

Número Singular	
Nominativo	a
Genitivo	d’a
Dativo	á
Acusativo	a; para a
Ablativo	d’a; n-a; pel-a

Número Plural	
Nominativo	as
Genitivo	d’as
Dativo	ás
Acusativo	as; para as
Ablativo	d’as; n-as; pel-as

Por fim, o capítulo termina com uma advertência em que o autor explica que as preposições “de” e “por” sofrem algumas alterações de grafia e fonéticas. Enquanto a primeira perde o “e” assumindo o artigo em seu lugar – com a colocação do apóstrofo – a segunda tem a troca do “or” por “el”.

## 9.4 Comentários

Embora Lobato diga na introdução de sua AGL que esta se assemelha mais ao que foi proposto na Gramática de Port-Royal do que com o que havia sido praticado até aqui, e, além disso, dedica um bom espaço desta introdução para criticar o trabalho de autores anteriores a si, o gramático setecentista não faz muito diferente do que foi feito nos trabalhos de séculos anteriores.

Mesmo que não encontremos aqui um trabalho que se configura como uma tradução das gramáticas latinas, a estruturação em que não se explicam as coisas e sim apenas as classificam é a mesma.

Ao contrário do que foi feito pouco mais de um século antes, em que Port-Royal tentava explicar de forma lógica e não histórica a origem do artigo<sup>43</sup>, Lobato parte diretamente para uma classificação deste. O leitor não é capaz de deduzir o porquê da presença daquela classe de palavra em seu idioma apenas pelo texto da AGL.

Além disso, o autor também se utiliza do artifício da presença dos artigos para justificar a existência dos casos no português. Assim como foi feito anteriormente, Lobato delega aos artigos a função de declinarem o caso de seu idioma.

Outra questão importante é que não temos a presença das famosas “partes da oração” que existiram praticamente em todos os trabalhos analisados até aqui. Assim como foi dito no capítulo anterior, após a perda de importância do latim os escritores passaram a olhar apenas para seu idioma a fim de produzirem suas obras, o que trouxe mudanças significativas como este fato descrito aqui.

Por fim, temos na AGL, ao contrário de Port-Royal, a total ausência dos artigos indefinidos. Novamente também sem explicação alguma sobre o que eles exatamente são e qual sua diferença em relação aos artigos definidos. O livro nem sequer toca no assunto, como se não existissem no idioma da época. A única coisa que consta no livro é a presença do “um” no capítulo chamado *De algumas espécies de nomes Adjetivos* (p.

---

<sup>43</sup> Na verdade não só do artigo, mas de todos os elementos abordados pela gramática.

33) em que o autor define esse “um” juntamente com “algum” como sendo *nome adjetivo partitivo, que significa a coisa, como parte de alguma multidão*.



## 10 GRAMMATICA PHILLOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA OU PRINCIPIOS DE GRAMMATICA GERAL APLICADOS À NOSSA LINGUAGEM – século XIX, 1822

### 10.1 Jerónimo Soares Barbosa

O último gramático português de nossa lista de trabalho – daqui por diante seguiremos os brasileiros – nasceu em 1737 e faleceu no ano de 1816. Segundo Coelho<sup>44</sup>, foi educado no seminário episcopal de Coimbra, onde foi ordenado presbítero no ano de 1762. Pouco depois, no ano de 1766, tornou-se professor de Retórica e Poética no Colégio das Artes de Coimbra, vindo a se formar, dois anos depois, em Cânones. Em 1800 foi nomeado deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos, mesmo período em que já era professor com júbilo da cadeira de Retórica e Poética.

Autor de muitas obras de cunho linguístico, Coelho destaca as três que são consideradas as mais importantes e que mais influenciaram os autores posteriores. A primeira, publicada em Coimbra, nos anos de 1797 e 1797, é a *Eschola popular das primeiras letras* – que abrangia temas como ortoépia, catecismo, ortografia, escrita e aritmética. A segunda obra é a *As duas Linguas ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, comparada com a Latina, Para Ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, com data de 1807, que ainda segundo Coelho tratava-se de uma espécie de manual que poderia servir como modelo para todos os compêndios que viriam posteriormente. A terceira obra é a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, publicada postumamente no ano de 1822 e que terá um aprofundamento melhor no capítulo posterior.

---

<sup>44</sup> COELHO, S. C. G. *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa Edição Crítica, Estudo e Notas*. Doutorado em ciências da linguagem. Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, Vila Real - Portugal. 2013

Casteleiro<sup>45</sup> cita a dedicação com que Jerónimo Soares Barbosa trabalha com o ensino e a investigação, desenvolvendo fundamentos profundos na alfabetização, além de uma contínua renovação dos métodos pedagógicos que estavam em vigor na época.

## **10.2 Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem**

Como base para o estudo da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, ou GPL, utilizarei, principalmente dois trabalhos: a gramática propriamente dita, que está disponível na Biblioteca Nacional de Portugal onde é possível ter acesso a cópias digitais<sup>46</sup> com o texto na íntegra e o trabalho de Casteleiro já citado anteriormente.

A primeira edição veio a público no ano de 1822, seis anos após a morte do autor, continha uma introdução de 14 páginas e uma estruturação que compreendia 4 livros em 451 páginas, além de índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática, que ocupam ainda mais seis páginas.

Segundo Casteleiro, essa obra não só consagrou J. S. Barbosa como um dos principais gramáticos portugueses, como é de extrema importância servindo como um dos mais completos modelos de descrição gramaticas do português. Além disso, a GPL também está inserida no modelo gramatical proposto por Port-Royal em 1660, ou seja, também tem, como o próprio nome diz, seu cunho filosófico além de procurar estabelecer seus próprios universais.

Barbosa baseia sua gramática em uma visão única do ser, de acordo com o exposto por Casteleiro, o gramático português acreditava que todos os homens pensam de maneira similar, seguindo a mesma ordem e as mesmas leis, e como, por sua vez,

---

<sup>45</sup> CASTELEIRO, J. M. *Jerónimo Soares Barbosa: Um gramático racionalista do século XVIII*. Boletim de filologia, tomo XXVI, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1980.

<sup>46</sup> Disponível em <http://purl.pt/128>

defendia a ideia de que as línguas são instrumentos do pensamento, concluiu, logicamente, que todas as línguas deveriam possuir elementos idênticos ou bastante similares.

Por fim, vale a pena citar Barbosa a fim de demonstrar qual era seu pensamento que serviu de base para a estruturação de sua gramática:

Toda gramática é um sistema metódico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das Línguas. Se essas regras e observações têm por objeto tão somente os usos e fatos de uma Língua em particular; a Gramática será também particular. Se elas, porém abrangem os usos e fatos de todos, ou da maior parte dos idiomas conhecidos; a sua Gramática será geral. (IX, 1822)

### 10.3 O artigo em Barbosa

O estudo sobre os artigos encontram-se inseridos no terceiro livro, que o autor chamou de “Etimologia, ou partes da oração portuguesa”, e estas partes, segundo Barbosa, serão consideradas através do que teriam de *metafísico e espiritual* (97, 1822), sendo assim, o gramático explica que lidará com estas partes da oração não as tratando como vocábulos, e sim como palavras. Sobre isso, o autor explica que desta forma verá estas partes da oração como sinais gráficos das ideias e dos pensamentos.

A partir desta breve definição do que são as palavras, ou partes da oração, o autor, antes de explicar de forma propriamente dita o que são os artigos, disserta sobre os *Adjetivos Determinativos* ou AD. Segundo o gramático português, tais adjetivos possuem três importantes categorias.

A primeira é a de não causarem mudança na questão semântica do nome comum, ou seja: não estendem essa significação como fazem os *Adjetivos Explicativos* e também não a restringem da mesma forma que agem os *Adjetivos Restritivos*. A segunda característica é posicional, pois está relacionado ao fato de que todos os AD devem vir antepostos ao nome comum que determinarão. A terceira e última toma conta do fato de que tais adjetivos não são suscetíveis à variação ou declinação de grau.

Sobre os artigos propriamente ditos, ou *Determinantes Gerais* como chama Barbosa, o autor inicia sua definição assim como fez Nebrija quatro séculos antes, ou seja, explicando a origem da palavra “artigo”. Segundo ele, sua origem é grega e tem como significado os termos “adaptar” ou “preparar”. Basicamente, sua função é a de ser posta antes dos nomes comuns e fazer com que os ouvintes recebam aquele nome como representação de algo individual. A fim de comprovar este fato, J. S. Barbosa faz uso dos exemplos “o príncipe” em oposição a “um príncipe” uma vez que o primeiro pode ser retomado através de seu sentido individual, justamente pelo “o” anteposto ao nome, e tem seu referencial facilmente reconhecido pelo fato de Portugal encontrar-se em uma monarquia. Enquanto “um príncipe” por sua vez trata de um indivíduo vago que o “um” não quer nomear.

Adiante, surge por parte de Barbosa uma “correção” das gramáticas anteriores, pois segundo ele o artigo não possui a função de declinar os nomes, nem mostrar de quais gêneros eles são “como ensinam todos os nossos Gramáticos” (p. 144), tendo em vista que os nomes portugueses são indeclináveis e têm seu caso marcado por preposições ajuntadas a eles. Sobre o gênero o autor explica que embora os artigos apresentem essa variação não é com o intuito de demonstrarem o gênero do nome e sim de acompanharem de forma mais homogênea tal gênero. Assim, fica definido que a função do artigo nada mais é do que a de retirar um nome comum da generalidade e conferir-lhe um caráter individual.

Adiante, o autor explica sobre os dois tipos de artigo presentes na língua portuguesa. Sendo um definido – que compreende os singulares “o” e “a” e os plurais “os” e “as” – e um indefinido – com variações “um” e “uma”<sup>47</sup> no singular e “uns” e “umas” no plural.

Sobre a diferença de uso e função dos definidos para os indefinidos, o autor explica que os primeiros mostram que os nomes comuns que os seguem devem ser tomados de forma de se ocuparem de apenas um indivíduo, ou já determinados no contexto, ou que ainda serão determinados. Enquanto os outros também individualizam esse nome comum, ainda que de uma forma vaga.

---

<sup>47</sup> No original português do século XIX a grafia destes artigos é com “h”. Sendo assim: hum, huma, huns e humas.

Em seguida o autor faz um número de observações sobre o uso dos artigos, as quais descrevo abaixo.

1.<sup>a</sup> Todo nome comum que tem sua significação geral restringida, seja pelo discurso ou por algum adjetivo posposto, na falta de algum determinante especial<sup>48</sup> deve receber artigo definido quando indica que aquele nome se toma em uma significação individual determinada, ou indefinido quando o nome também toma uma significação individual, porém vaga, ou não determinada.

Como exemplo tem-se a oração “Pedro foi tratado com honra”, segundo o autor nesta frase o nome “honra” não recebe artigo, pois se toma em sua significação geral, mas ao se restringir a palavra “honra” com o adjetivo “devida”, por exemplo, é necessário a colocação do artigo na oração, ficando “Pedro foi tratado com *a* honra *devida*”.

2.<sup>a</sup> Nenhum nome comum pode ser sujeito de uma oração sem a presença de um determinante. Neste caso não entram só os artigos, pois estão presentes os determinantes especiais.

3.<sup>a</sup> O artigo indefinido “o”, sem declinação, e no gênero neutro, precedendo-se ou seguindo imediatamente o verbo “ser”, ou outro equivalente, serve-lhe sempre de atributo, retomando o nome da oração antecedente, de qualquer gênero ou número que seja, com todas as suas modificações.

A oração “Ia todo dia ver a sepultura de seu irmão, e que *o* havia de ser a sua”, serve de exemplo para elucidar esta observação.

4.<sup>a</sup> O artigo definido substantiva qualquer parte da oração e orações inteiras para poderem ser o sujeito e o objeto do discurso.

Quando substantiva o adjetivo temos: *o lícito e o ilícito*.

Quando substantiva os verbos – não só nas formas impessoais – temos: *a natureza fez o comer para o viver*.

---

<sup>48</sup> Estes determinantes especiais são chamados hoje de *Adjuntos Adnominais*.

Quando substantiva preposições temos: *o amor não está **no por isso**, está **no porquê**.*

Quando substantiva os advérbios temos: *não sabemos **o quando**, **o como**, **o quanto**.*

E finalmente, quando substantiva orações inteiras temos: *nunca **o que de sua natureza de bom pode perder***<sup>49</sup>.

5.<sup>a</sup> Justamente pela função de tornar individual um nome comum, o artigo, quando colocado antes de um nome próprio faz com que este nome passe a ser um nome comum.

*Este homem é **um** Cícero*, serve perfeitamente como exemplo desta observação.

Após estas observações que se referem aos casos de uso do artigo, Barbosa apresenta três outras que dizem respeito a não utilização destes, que reproduzo como figuram na GPL, desta forma, não recebem artigo:

I.º Os mesmos nomes comuns, quando exercem a função de adjetivos, ou como qualificativos de espécie. Desta forma, na frase: *o macaco não é homem, onde há homens há cobiça*: os nomes *homem*, *homens* e *cobiça* não recebem o artigo porque possuem um sentido geral e indeterminado.

II.º Os mesmos nomes comuns, quando precedidos de alguns determinantes especiais, ou de qualidade, ou de quantidade, que os determinem não são individualizados, assim, dizem: *meu pai, minha mãe, este homem, aquele sujeito, muitos homens, alguns homens*.

Contudo o artigo não é o responsável pela determinação do nome, mas sim quem indica que se toma neste ou naquele lugar, individualmente, ou por já estar determinado, ou porque se vai determinar: acontece de algumas vezes se juntarem com outros determinantes e determinar com eles também um nome comum.

---

<sup>49</sup> Todos os exemplos apresentados nessa observação são retirados integralmente e diretamente da Gramática de Soares Barbosa de 1822.

Desta forma, os determinantes *mesmo* e *qual* sempre recebem artigo: *o mesmo homem, a mesma mulher, o qual homem, a qual mulher*. Já a conjunção *que*, por sua vez não admite artigo senão no gênero neutro: *o que de sua natureza é bom*. Quando surgem no masculino ou feminino estão falando de pessoas: *os que, as que*, que se entende como *os homens que, as pessoas que*.

III.º Quando os nomes estão em Vocativo não se admite artigo; porque são determinados a fazerem a 2ª pessoa, a quem se dirige o discurso.

Passando aos quantificadores universais – pronomes indeterminados – *todo, toda*, em lugar de *cada* não admitem artigo: *todo homem, toda parte*; O universal coletivo *todos, todas*, recebe artigo: *todos os homens, todas as partes*; Os números cardinais *dois, três, quatro, etc.* não recebem artigo, exceto quando modificam algum nome comum que queremos individualizar mais, como: *os dois exércitos inimigos, as três armadas inimigas*; Os ordinais, quando precedem os substantivos, recebem artigo: *o primeiro século, o segundo século*, porém não recebem quando vêm precedidos de um substantivo: *D. João Primeiro, D. João Quinto*. Feitas estas exceções, os demais adjetivos determinativos não recebem artigo.

IV.º Os nomes próprios de divindades, de homens, de cidades, de vilas e lugares, não tendo antes de si modificador algum – adjuntos adnominais – por si mesmos já se encontram determinados e individualizados, portanto não exigem a presença do artigo. Assim dizemos sem ele *Deus, Alexandre, Augusto, Portugal, Lisboa, etc.* e com ele *O bom Deus, o grande Alexandre, o imperador Augusto, o rico Portugal, a nobre Lisboa*. Porque neste último caso, os artigos não recaem sobre os nomes próprios e sim sobre os adjetivos.

Barbosa termina seu capítulo sobre os artigos com algumas considerações finais, assim, o autor afirma que esta classe de palavra não tem como função declinar os nomes nem definir seu gênero, uma vez que muitos destes nomes não admitem artigo e nem por isso deixam de possuir gênero e classe. Desta forma o autor argumenta que a função dos artigos é a de indicar que os nomes a que se juntam não devem ser tomados em toda sua extensão, mas em um sentido individual, tanto que sua ausência ou presença podem

resultar em sentidos diferentes, como no exemplo: *filho DO rei* em relação a *filho DE rei*.

#### 10.4 Comentários

Joaquim Soares Barbosa apresenta seu artigo de forma diferente do que foi feito anteriormente. Não parte direto para uma classificação como fizeram alguns autores anteriores, ou busca origens para a sua existência, como fez a gramática de Port-Royal. O que o autor faz é demonstrar toda uma nova razão para a presença do artigo no português, finalmente se desvencilhando totalmente do latim.

A questão dos casos deixa de ser abordada juntamente com os artigos, que agora passam a representar um novo papel no português. Condicionados à função de determinantes, os artigos são vistos como entidades que se afastam do campo estrutural da língua e penetram no campo semântico, pois Barbosa é claro quando diz que a presença do artigo é capaz de alterar a percepção do ouvinte sobre o nome que dito.

Neste aspecto Barbosa também é diferente, afinal ao se referir ao seu ouvinte o autor não delega a esse a função de decifrar algumas coisas, como fez Argote cem anos antes. O que Barbosa faz é afirmar como certas coisas são percebidas pelo ouvinte, no caso em questão, trata-se da diferença entre o artigo indefinido e o definido. O que nos leva a outro ponto importante da GPL, a presença dos artigos indefinidos.

Descrevendo de forma diferente do que foi apresentado, Barbosa procura trabalhar com as diferenças semânticas que um determinado tipo de artigo pode produzir em relação ao outro, o que por sua vez também tem seu caráter pioneiro, pois não é desta forma que tais artigos foram abordados em Port-Royal – única outra obra a citar os indefinidos até o momento.

Outra diferença importante presente na GPL é a lista de observações que o autor faz a respeito do uso dos artigos. Cinco observações ao todo em que o autor busca explicar ao leitor todas as diferentes formas de uso dos artigos, ou seja, Barbosa



demonstra que o artigo vai além do que entende como sua função principal, ou seja: individualizar um nome comum, mostrando até como um artigo indefinido é capaz de tornar um nome próprio em substantivo comum. Além disso, o autor termina o capítulo apresentando outras três observações em que o artigo não deve ser utilizado – outra inovação elaborada por Barbosa.

Com explicações muito mais profundas do que fora apresentado anteriormente Barbosa elevou o nível de classificação da classe de palavras artigo, apresentando não só uma nova visão sobre o tema – em que rompe totalmente com o latim e passa a enxergar o português como idioma independente – como expande mais o conceito sobre a classe de palavras, traduzindo em sua GPL uma gama maior de situações em que o artigo se faz presente respondendo assim algumas questões que foram ignoradas pelos autores anteriores.

## 11 SERÇÕES GRAMMATICAIS OU NOVA GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA – século XIX, 1890

### 11.1 Ernesto Carneiro Ribeiro

Formado em medicina Ernesto Carneiro Ribeiro, ou CR, forçado por questões financeiras, interessou-se pelo magistério e chegou a fundar uma escola no ano de 1884, em Salvador, Bahia.

Apud Leal<sup>50</sup>, Ribeiro nasceu em 12 de Setembro do ano de 1839, em Itaparica, uma ilha localizada nas proximidades de Salvador e foi com o nascimento do Brasil como república que o autor migrou fortemente para a educação, fazendo parte de uma comissão em prol da educação de seu estado, juntamente com o então governador Manuel Vitorino.

No ano de 1902, Ribeiro recebeu a missão de revisar, em quatro dias, o Código Civil Brasileiro. Com o título de *Ligeiras Observações* e publicado ainda no mesmo ano, sua revisão do Código sofreu duras críticas por parte de um de seus ex-alunos e senador na época: Ruy Barbosa. Este publicou no ano seguinte uma *Réplica*, que por sua vez, levou Ribeiro a publicar em 1905, com aproximadamente 900 páginas, uma obra intitulada de *Tréplica*, como uma resposta para Ruy Barbosa.

Ribeiro veio a falecer no ano de 1920 com 81 anos em Salvador – Bahia.

---

<sup>50</sup> LEAL, E. de S. *Pressupostos Epistemológicos nas gramáticas em língua portuguesa do século XIX – O caso Ernesto Carneiro Ribeiro*. Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul: UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel-PR | 24 a 26 de outubro de 2012

## 11.2 Serões Grammaticaes ou a nova grammatica da lingua portugueza

Rodrigues<sup>51</sup> abre sua dissertação falando sobre a mudança na forma de pensar que ocorreu no final do século XIX e início do XX. Segundo a autora, um pensamento voltado à cientificidade aos poucos tomava conta de todas as vertentes do saber, logo não seria diferente com as áreas das Letras e é neste momento que surge a gramática de CR.

Publicada no ano de 1890, Serões Grammaticaes, ou SG, já é estruturada em um momento em que a linguística passou a ser considerada uma ciência – por conta do método de estudo histórico-comparativo e o trabalho de Schlegel em 1808 – que apresentava pela primeira vez a ideia de parentesco das línguas com o sânscrito – e as publicações de Franz Bopp entre os anos 1833 e 1857 de uma gramática das línguas europeias.

Justamente com essa ideia de que a linguística é uma ciência natural e não histórica – como foi apresentado por Schlegel – que se baseia a gramática de CR. É importante ressaltar que SG foi adotada por escolas de todo o país como livro de base para os estudos de língua portuguesa.

Devido ao seu conceito do que é um idioma, ou seja: uma linguagem articulada de uma nação, CR estabelece que a gramática deve ser dividida em quatro partes, portando a SG se apresenta estruturada em *fonologia ou fonética* que é dedicada ao estudo dos sons da língua, suas modificações e transformações, a *ortografia* se apresentando como um complemento da fonologia e voltada a representação dos sons por meio da fonética. A terceira parte é a *lexicologia*, que tem as palavras consideradas pelo “seu valor, a sua etimologia, a sua classificação, as suas formas ou inflexões gramaticais” nas palavras do próprio autor (p. 5) Além disso, o autor afirma que a lexicologia é denominada de *morfologia*, quando estuda a palavra considerando sua

---

<sup>51</sup> RODRIGUES, A. L. *Serões Grammaticais: a gramática “científica” de Ernesto Carneiro Ribeiro*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Departamento de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. São Paulo, SP, 2009.

forma e estrutura (p. 5). Finalmente, a última parte, a *sintaxe ou fraseologia* que se ocupa da proposição e composição da frase e das relações que palavras e proposições têm entre si.

### 11.3 O artigo em Carneiro Ribeiro

O autor classifica os artigos com parte integrante à lexicologia, no espaço reservado aos adjetivos os denominando de artigos, ou adjetivos determinativos. Além disso, apresenta algumas divisões classificatórias que surgem nesta classe.

Os **adjetivos determinativos** ou **artigos** dividem-se em **artigo indicativo**, chamado **definido** ou **puro**, e **artigos combinados**, denominados também **especiais**, por oposição ao *indicativo* ou *puro* a que dão alguns igualmente a denominação de *artigo geral*. (p. 347) (grifo do próprio autor)

Sobre cada classificação CR disserta um pouco, a respeito do artigo indicativo o autor brasileiro cita um dos autores de Port-Royal, segundo ele tal artigo foi denominado *definito* por Lancelot e “determina de modo vago a extensão dos nomes apelativos” (p. 347). O autor explica que essa denominação recorre do fato deste artigo indicar “de modo vago” que a natureza comum deve-se aplicar aos indivíduos. Desta forma define-se que os artigos indicativos são: *o, a, os e as*.

A respeito dos artigos especiais, CR explica que se diferem dos artigos indicativos, pois são formados pela união da indicação geral que traduzem (singular ou plural, masculino ou feminino) mais as “ideias especiais” que o falante pretende indicar. Assim, o autor explica que estes especiais se apresentam de duas formas, *universais* e *partitivos*.

Os universais são aqueles que carregam a natureza geral do substantivo comum para todos os indivíduos, ainda que respeitando as características do indivíduo. Como exemplo de sua definição o autor apresenta o termo *todo* e suas variações *toda, todos e todos*. Assim, ao dizer *todo o homem é mortal* ou *todo o homem é sujeito a paixões* (p.

348) são atribuídas características de caráter comuns a toda a espécie, ainda que não retire as características particulares dos indivíduos.

Sobre o universal *cada*, CR apresenta os exemplos *cada terra tem seu uso* e *cada homem tem sua paixão dominante*. Segundo o autor, o universal em questão atribui características comuns à espécie inteira, porém mantendo as circunstâncias e particularidades dos indivíduos (p. 348). Desta forma, ao dizer que *cada terra tem seu uso*, o usuário da língua afirma que todas as terras têm seu uso, porém cada uma delas apresenta seu uso particular e determinado, enquanto dizer que *cada homem tem sua paixão dominante*, por sua vez é afirmar que todos os indivíduos *homens* têm suas paixões, ainda que cada um tenha sua própria e particular paixão.

Ainda sobre o assunto, CR traz um universal que tem um caráter negativo, o *nenhum*, também variável de gênero e número. Definido pelo autor como a composição de *nem* com o adjetivo *um* (p. 348).

Sobre os *artigos partitivos*, CR afirma que estes “fazem uma aplicação da natureza comum exprimida pelo nome não já a totalidade dos indivíduos, senão uma parte dela. [...] Essa parte é vaga e indeterminada ou determinada por alguma ideia especial ou aspecto particular, compreendido na significação mesma dos artigos.” (p. 349).

Sua explicação sobre estes artigos segue através da divisão entre *indefinidos* e *definidos*, sendo que os indefinidos para CR são os termos *algum, certo, tal, qualquer, um, uns, tanto, quanto, outro, pouco, mais, muito, diverso, vários, menos e demais*. Curioso observar que embora não faça maiores explicações sobre os tais artigos indefinidos, além do que já foi citado acima, o autor coloca nesse grupo o que hoje conhecemos como o artigo indefinido (*um*) juntamente com termos de classes distintas, como “*algum*”, um pronome indefinido, por exemplo.

Aqui podemos observar o resultado de uma tradição de gramáticas que não contemplavam o artigo indefinido no idioma. Fica claro que CR reconhecia o *um* como um artigo indefinido, mas sua própria definição dessa classe de palavras é vaga e confusa, mostrando que o autor não tinha muito como embasar seu estudo e recorreu a

um método que vários antes dele fizeram. Uma breve classificação seguida de uma listagem de exemplos.

A respeito dos partitivos definidos, CR descreve a classe dos *numerais*, dividindo-a entre cardinais, ordinais – descritos da mesma forma como os são pelas gramáticas atuais – os *duais*, uma subdivisão que designa dois seres ao mesmo tempo através do termo variável “ambos”, os multiplicativos, ocupados em definir os indivíduos através de “precisão numérica, decorrente da multiplicação” (p. 350) e por fim os numerais *fracionários* determinando os indivíduos também por precisão numérica, porém por divisão desta vez.

Além dos numerais, o autor também define como partitivos definidos o que hoje entendemos como sendo pronomes possessivos e pronomes demonstrativos.

#### **11.4 Comentários**

Carneiro Ribeiro produz um trabalho ímpar em sua obra, uma visão até então inédita sobre a classe de palavras artigo. Livre da necessidade de ligação do latim e finalmente proprietário da própria língua – uma gramática de português brasileiro escrita no então novo e independente Brasil – o autor consegue se dedicar mais ao tema em questão.

Embora apresente uma explicação bastante vaga para o que hoje enxergamos como artigo definido (o, a, os, as) fazendo apenas uso das palavras de Lancelot em sua Gramática de Port-Royal, CR dedica tempo em uma tentativa de explicar o que são os artigos indefinidos.

Tal tentativa de definição dos indefinidos é louvável, principalmente pela importância que o autor dá a essa categoria. Suas divisões dentro de pequenas funções que desempenham, mostram que CR tinha plena consciência de que os artigos indefinidos eram substancialmente diferentes dos definidos. Aparentemente, para o

autor o que chamamos hoje de pronomes indefinidos é o que mais se aproximava da função desempenhada pelas palavras que hoje entendemos com artigos indefinidos.

Talvez seja por esse fato que o autor incluiu os outros tipos de pronomes e alguns adjuntos adnominais no mesmo campo que os artigos indefinidos, de certa forma, ainda que de maneiras diferentes, não deixam de desempenhar, segundo CR, funções bastante semelhantes.

Por fim, resta dizer que ainda que apresente um caráter bastante inovador CR não reinventa a roda, pois, embora classifique os artigos de forma bastante diferente do que foi feito até o momento, o autor acaba resumindo suas explicações da mesma forma que fizeram aqueles antes dele, ou seja: apresenta algumas classificações dos termos em questão, algumas regras de uso e as listas de exemplos.

## 12 GRAMÁTICA EXPOSITIVA – século XX, 1907

### 12.1 Eduardo Carlos Pereira

Nascido no estado de Minas Gerais, no ano de 1855, Eduardo Carlos Pereira era filho de Maria Eufrosina de Nazaré, uma professora que foi a responsável por ensiná-lo as primeiras letras.

O trabalho de Arnaut de Toledo e Guitierres<sup>52</sup> focados na vida eclesiástica de Carlos Pereira também nos relata que o autor “*distinguiu-se como professor e gramático, sendo professor por muitos anos na escola pública e autor de importantes obras sobre a gramática*”, além disso, o autor mineiro também fundou o jornal “O estandarte” um veículo de comunicação e de doutrinação presbiteriana no qual Pereira publicou diversos artigos.

Publicou importantes obras que o destacaram na vida acadêmica, pois foram adotadas por escolas de todo o país, dentre elas, sua maior contribuição, a *Gramática Expositiva* – foco de nosso capítulo – e a *Gramática histórica*, publicada em 1916.

O autor faleceu no ano de 1923, com 68 anos e já liberado de suas obrigações eclesiásticas.

### 12.2 Gramática Expositiva

Publicada originalmente no ano de 1907, é introduzida no prólogo, pelo próprio autor, como um trabalho inspirado nas correntes tanto naturalistas quanto tradicionais.

---

<sup>52</sup> ARNAUT DE TOLEDO, C. de A.; GUTIERRES, E. A. *Vida e contribuição educacional de Eduardo Carlos Pereira*. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.



Segundo Favero e Molina<sup>53</sup> o autor estava inserido em um período em que não eram poucos os debates acerca da língua portuguesa, e ele criticava “*a situação em que estava o ensino de nossa língua, atribuindo os fracassos à adoção exclusiva de uma ou outra dessas correntes*”. Desta forma, Carlos Pereira acreditava que a melhor maneira de se ensinar o aluno seria através do máximo que fosse possível que compreendesse da história da língua.

Daniele Chagas de Alvarenga<sup>54</sup> afirma que:

A obra, embora doutrinária e tradicionalista foi elaborada no Brasil e destinada aos estudantes de Língua Nacional dos Cursos Preparatórios da época. Parte daí a reflexão sobre a preocupação e responsabilidade de preparar uma obra de cunho nacional que aponte as singularidades do português no Brasil, sem descaracterizá-lo.

Desta forma, fica claro perceber que o foco principal de Eduardo Carlos Pereira sempre foi o estudo regular, e que sua gramática não visava um grupo particular de interessado nas letras.

Ainda segundo Alvarenga, Carlos Pereira mostra-se bastante focado em questões relativas ao futuro da nação e em atingir o seu interlocutor. Segundo a autora os exercícios propostos na Gramática Expositiva (GE) estão repletos de ideologias que representam um reflexo da sociedade da época.

### 12.3 O artigo em Carlos Pereira

A gramática de Carlos Pereira trata o artigo de uma forma muito peculiar, sem reservar um espaço propriamente dito para essa classe de palavras, fica citando-o em

---

<sup>53</sup> FAVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *A gramática brasileira no início do século XX: Grammatica expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica portugueza (Hemetério José dos Santos)*. Confluência (Rio de Janeiro), v. 37/38, p. 59-82, 2011.

<sup>54</sup> ALVARENGA, D. C. de. *Gramática Expositiva – Curso Elementar de Eduardo Carlos Pereira: um estudo sob a perspectiva da Historiografia Linguística* Centro de Comunicação e Letras – Universidade Presbiteriana Mackenzie Rua Piauí, 143 – 01241-001 – São Paulo – SP, 2009.

explicações de outros temas sempre acompanhado de uma nota de rodapé com uma breve explanação. Desta forma, a primeira vez que o artigo é citado em sua gramática expositiva é na página 50, em uma explicação sobre crase, em que o autor diz que está “*dá-se com a preposição a e o artigo a*” seguido de uma nota em que Carlos Pereira explica que os artigos *o, a, os, as* e os pronomes *o, a, os, as* tinham no português antigo as formas *lo, la, los, las*.

Mais adiante, quando Carlos Pereira dedica sua gramática à Taxeonomia<sup>55</sup>, ele volta a citar o artigo dizendo, na página 81, que “*contam muitas gramáticas dez partes da oração, incluindo entre elas – o artigo e o participio. Porém estas partes estão incluídas naturalmente na classe dos adjetivos*” desta forma, o autor deixa claro que não vai discutir os artigos como classe à parte, como fizeram os anteriores, afinal, em sua visão, os artigos são pertencentes à outra classe.

Em sua explicação sobre o adjetivo, o autor explica que:

Adjetivo é a palavra que tem por função modificar o substantivo, indicando-lhe as qualidades ou determinando alguma circunstância externa a sua existência tais como: homem **alto, magro, pálido, inteligente e bom** – estes homens, **aqueles** homens, **dois** homens. (p. 103)

Após essa breve demonstração do que é um adjetivo, o autor comenta sobre a substantivação destes. Segundo Carlos Pereira, para que um adjetivo (pobre, justo, criminoso)<sup>56</sup> seja substantivado é necessária colocação de artigo ou qualquer outro determinativo. Assim, *pobre* torna-se *o pobre*.

Em outra passagem da GE, na página 107, ao falar sobre os pronomes possessivos o autor, em mais uma nota de rodapé, não se esquece de avisar ao leitor que os possessivos recebem o artigo antes deles, exceto quando tais possessivos precedem nomes próprios.

---

<sup>55</sup> Segundo explicação do próprio autor, esta é a parte de sua gramática dedicada aos estudos das classes de palavras. (p. 81)

<sup>56</sup> Exemplos retirados diretamente da Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira.

Na página 175, o autor apresenta o uso da preposição *per* e informa que hoje (1907) tal preposição só surge quando contraída com o artigo resultando assim *pelo*, *pela*, *pelos*, *pelas*.

Finalmente, quando exemplifica como fazer uma análise taxionômica, na página 181, o autor descreve a palavra “a” como sendo *adjetivo determinativo, articular definido, ou artigo definido feminino singular – palavra modificativa*.

Assim ficam restritas as explicações e classificações sobre os artigos definidos.

Por fim, o autor faz em toda sua obra apenas uma pequena referência sobre os artigos indefinidos quando explica os numerais. Segundo ele, o numeral “um” deve se diferenciar dos artigos indefinidos, pois *indica intencionalmente uma ideia de número* (p. 109) e tem como plural *dois, três, quatro etc.* Enquanto existe artigo apenas quando esse “um” *admite a adjunção de qualquer, certo, tendo como plural uns, umas.* (p. 109).

#### 12.4 Comentários

Com uma visão bastante diferente das outras gramáticas, a GE deixa claro desde a primeira citação do artigo que não pretende estudar essa classe, afinal insere-a em uma subclasse dos adjetivos. Ainda assim, sua visão sobre os adjetivos não aborda os artigos de forma mais profunda.

Em geral, uma breve análise de sua gramática demonstrou que suas explicações seguem o padrão das outras gramáticas analisadas, ou seja: são superficiais e se resumem a breves classificações e listas de usos, como pode ser visto na parte dedicada ao adjetivo, em que esta pesquisa buscou encontrar as classificações a respeito dos artigos.

De qualquer forma, em análise do que surge nas notas de rodapé escritas pelo autor consegue identificar sua visão do artigo e duas coisas ficaram bem claras. A

primeira é sobre a superficialidade com que os artigos indefinidos são tratados pelo autor, salvo a breve nota a respeito dos numerais, Carlos Pereira ignora completamente a existência dos indefinidos, o que não é estranho se considerarmos o pouco espaço que o autor relega aos artigos definidos.

A segunda se refere à visão que o autor apresenta do artigo. Para ele, resumem-se a quatro palavrinhas – o, a, os, as – que pertencem a uma subclasse dos adjetivos e do “um” artigo indefinido citado brevemente e pouquíssimo trabalhado pelo autor. Desta forma, nada é dito sobre as funções de indicarem gênero e número de alguns substantivos ou sobre o fato de especificar alguns nomes comuns.

Por fim é importante dizer que não há razão aparente para que o autor não inclua uma descrição mais detalhada do artigo, ainda mais em uma gramática que já se encontra inserida em um contexto livre da influência do latim. Provavelmente faz valer aqui o já mencionado caráter tradicionalista da obra, talvez o autor tenha buscado nos antigos gramáticos a formatação de seu trabalho e decidido não se aventurar por terrenos menos explorados, o que acaba por deixar os artigos de lado.

## **13 NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO – século XX, 1985**

### **13.1 Os autores**

#### **13.1.1 Celso Ferreira Cunha**

Celso Ferreira da Cunha nasceu na cidade de Teófilo Otoni, em 10 de maio de 1917 e seguiu carreira como professor, gramático, filólogo e ensaísta brasileiro. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 13 de agosto de 1987, para a cadeira 35, na sucessão de José Honório Rodrigues, sendo recebido em 4 de dezembro de 1987 pelo acadêmico Abgar Renault, em reconhecimento ao seu trabalho.

Publicou diversas obras a respeito da língua portuguesa, dentre as quais podemos citar *Língua, nação e alienação*, *Gramática da Língua Portuguesa*, *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra, que é o foco deste capítulo), *Língua portuguesa e realidade brasileira* e *A questão da norma culta brasileira etc.*

Faleceu em 1989 no estado do Rio de Janeiro.

#### **13.1.2 Luís Filipe Lindley Cintra**

Nascido em Lisboa, Portugal, no ano de 1925, é uma das principais figuras da Linguística portuguesa. Toda a sua atividade foi desenvolvida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou e doutorou em Filologia Românica (respectivamente em 1946 e 1952) e onde exerceu toda a sua atividade docente, de assistente (1950-1960) a professor extraordinário (1960-1962) e catedrático (de 1962 até à morte em 1991).

Em 24 de Setembro de 1983 foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade e em 28 de Junho de 1988 com o grau de Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública.

### **13.2 Nova gramática do português contemporâneo**

A nova gramática do português contemporâneo (NPC) foi escrita através de uma parceria e colaboração de dois autores, o brasileiro Celso Cunha e o português Luís Cintra. Segundo Leite<sup>57</sup> trata-se de uma obra “*fundamental no quadro dos instrumentos linguísticos do português, por sua proposta inovadora e ousada*”, a autora continua explicando que tal ousadia se deve ao fato de que a obra, ainda que tradicional, busca se adaptar a uma linguística contrastiva, e é inovadora, pois é a primeira a apresentar um contraste entre as normas brasileiras, portuguesas e africanas.

Logo em seu prefácio os autores deixam claras suas intenções de apresentarem ao público ensinamentos de língua portuguesa que realmente fossem úteis, deixando assim de lado discussões que exigiam mais conhecimento de linguísticas e mais pontuais àqueles que têm interesse mais profundo no estudo das letras.

O desenvolvimento do texto segue além do tradicional, pois se baseia também em teorias linguísticas até então modernas, isso, porém não impede que os autores coloquem no texto as terminologias mais tradicionais com as quais os leitores estariam mais habituados.

---

<sup>57</sup> LEITE, M. Q. *A nova gramática do português contemporâneo: tradição e modernidade*. Filologia e Linguística Portuguesa, USP, 2008.

### 13.3 O artigo em Celso Cunha e Cintra

Como era de se esperar, em uma gramática tão bem trabalhada e voltada diretamente a um número maior de leitores, a NPC traz como primeira parte do capítulo destinado ao artigo o nome “*Artigo definido e indefinido*” deixando claro que os autores vão trabalhar com os dois e não ignorar a existência do indefinido, como foi feito em quase todas as gramáticas anteriores.

Logo no primeiro parágrafo os autores já explicam que recebe o nome de artigo “*as palavras o (com as variações a, os, as) e um (com as variações uns, uma, umas) que se antepõem aos substantivos*” (p. 199) De acordo com os autores, esta anteposição aos substantivos serve para fazer algumas indicações que reproduzo abaixo:

- a) Que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência, como nestes exemplos: (p. 199)

Levante-se, vai à mesa, tira um cigarro da caixa de laca, acende **o** cigarro **no** isqueiro, larga **o** isqueiro, volta **ao** sofá.

Atravessaram **o** pátio, deixaram **na** escuridão **o** chiqueiro e **o** curral, vazios, de porteiras abertas, **o** carro de bois que apodrecia, **os** juazeiros.

- b) Que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se faz menção anterior: (p. 199)

Vi que estávamos **num** velho solar, de certa imponência. **Uma** fachada de muitas janelas perdia-se na escuridão da noite. No alto da escada saía das sombras **um** alpendre assente em grossas colunas.

Era **uma** casinha nova, a meia encosta, com trepadeiras pela varanda. Tinha **um** pomar pequeno de laranjeiras e marmeleiros e mais **uma** hortazinha, ao longo do rego que descia do morro.

Terminada essa parte do capítulo, os autores entram na questão das formas do artigo, assim, apresentam uma tabela com o que chamam de formas simples do artigo:

Artigo Definido			Artigo Indefinido	
	Singular	Plural	Singular	Plural
Masculino	o	os	um	uns
Feminino	a	as	uma	umas

A seguir uma breve explicação sobre formas variadas do artigo que podem ser utilizadas na oralidade ou em expressões de alguns escritores, como o “lo”, que segundo os autores só aparece em “*construções estereotipadas*” (p. 200) que costumam surgir na oralidade de Portugal, além da antiga forma feminina “la” que produz determinadas expressões como *a la cria* e *a la fresca* que os gramáticos creditam a serem “espanholismos” utilizados por alguns escritores gaúchos. E por fim, além dos dois já citados, Cunha e Cintra terminam falando sobre a forma já cristalizada de “el” diante da expressão “El-Rei” que é utilizada como uma espécie de título.

A próxima tabela apresentada na NPC se refere às formas combinadas dos artigos, ou seja, como dizem os autores:

1. Quando o substantivo, em função de complemento ou de adjunto, se constrói com uma das preposições *a, de, em* e *por*, o ARTIGO DEFINIDO que o acompanha combina-se com essas preposições, dando: (p. 201)

Preposições	Artigo Definido			
	o	a	os	as
a	ao	à	aos	às
de	do	da	dos	das
em	no	na	nos	nas
por (per)	pelo	pela	pelos	pelas



Os autores também explicam brevemente o que é e como se utiliza a crase na língua portuguesa, além de apresentar um exemplo:

2. **Crase.** O artigo definido feminino, quando vem precedido da preposição *a*, funde-se com ela, e tal fusão (=CRASE) é representada na escrita por um acento grave sobre a vogal (à). Assim: (p. 201)

Vou **a** + **a** cidade = Vou **à** cidade

A terceira explanação da utilização do artigo juntamente com preposição procura dar conta do artigo seguido de títulos de obras, momento em que os gramáticos afirmam que “*não há uma prática uniforme*” (p. 202) mas deixam claro que a língua escrita deve evitar a contração preposição/artigo tendo “Camões é o autor **de Os Lusíadas**” ou está contração deve vir indicada por meio de um apóstrofo mudando o exemplo anterior para “Camões é o autor **d’Os Lusíadas**”.

Sua explicação segue para a quarta combinação, que se refere à relação entre a preposição que antecede o artigo com o verbo e não com o substantivo que o artigo introduz. Assim “*é aconselhável que os dois elementos fiquem separados, embora não falem exemplos de sua aglutinação*” (p. 203) Desta forma, sugerem os autores que ao invés de escrevermos “a circunstância **das** vindimas juntarem a família prestava-se a uma reunião atual na Junceda” devemos escrever “a circunstância **de as** vindimas juntarem a família prestava-se a uma reunião atual na Junceda”.

A quinta e última forma dos artigos definidos combinados com preposição fala sobre uma antiga forma da preposição *per* contraindo-se com *lo(s)*, *la(s)* produzindo assim *pelo(s)*, *pela(s)*. Os autores afirmam que tais contrações apenas substituem *polo(s)*, *pola(s)* que eram de emprego normal no português clássico.

Após estas breves demonstrações de usos, Cintra e Cunha falam das formas combinadas do artigo indefinido, novamente trazendo uma simples tabela, reproduzida abaixo:

num	numa	nuns	numas
dum	duma	duns	dumas

Esta tabela mostra as contrações do artigo indefinido com as preposições *em* e *de*. E assim como foi feito com a tabela anterior, são apresentados alguns casos específicos de usos de artigos com preposições. Então que da mesma forma que foi mostrado na seção anterior, quando as preposições em questão integram algum título de obra ou quando se relacionam com o verbo não são aconselhadas as contrações.

A próxima divisão do capítulo da NPC se chama “Valores do artigo” e dá conta de algo que os gramáticos chamaram de “determinação” (p. 204). O que surge nessa passagem é que a determinação de um substantivo torna-se mais precisa, à medida que migramos do artigo indefinido ao definido. Assim, no exemplo apresentado na NPC, retirado de Alceu Amoroso Lima:

Foi chegando **um** caboclinho magro, com **uma** taquara na mão.

Foi chegando **o** caboclinho magro, com **a** taquara na mão.

Cintra e Cunha explicam que no primeiro exemplo tínhamos apenas a indicação da “espécie” (p. 204) do substantivo no momento em que é apresentado, já o segundo, por sua vez, surge uma restrição ao significado destes substantivos, uma individualização uma definição propriamente dita. Assim, nas palavras dos autores:

O ARTIGO DEFINIDO é, essencialmente, um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser ou do objeto mencionado: O ARTIGO INDEFINIDO, ao contrário, é por excelência um sinal da falta de notoriedade, de desconhecimento individualizado, por parte dos interlocutores (o ouvinte), do ser ou do objeto em causa. (p. 205)

A próxima explicação trazida pela dupla de autores é a de que indiferente de se tratar de um artigo definido ou indefinido ele se caracteriza por ser “a palavra que introduz o substantivo indicando-lhe o gênero e o número” (p. 205). Além disso, ainda explicam nesta parte do capítulo que os artigos tornam qualquer palavra precedida por eles em substantivos.

As próximas páginas da NPC se dedicam aos empregos do artigo definido, surgindo na gramática um grande número de listas e exemplos em que a dupla disserta

brevemente apenas demonstrando usos clássicos e comuns do artigo no português. Como exemplo do que surge nesta parte final do capítulo posso citar “*o emprego do artigo antes dos possessivos*” (p. 208) em que exemplos com a presença do artigo e sem a presença do artigo servem de base para o que os autores querem demonstrar:

Este cinto é meu.  
Este cinto é o meu.

Neste caso, segundo Cintra e Cunha, o emprego ou não do artigo serve para se produzir uma distinção significativa, tendo na primeira frase a simples ideia de posse e na segunda focaliza-se o objeto possuído tornando-o distinto de outros de mesma espécie.

Finalmente, fechando o capítulo dedicado ao tema em questão, a dupla de autores classifica e exemplifica os usos dos artigos indefinidos, antes, porém surge uma explicação, até então inédita em relação às gramáticas estudadas, sobre o que são estes artigos indefinidos. A dupla afirma que provêm do numeral latino *unus, una, unum*, que exprimem unidade e que este valor numeral, “*embora enfraquecido*” na expressão “um certo” pode ser sentido, ainda nos dias de hoje, nas variadas formas do emprego do singular (um, uma).

#### **13.4 Comentários**

Sem sombra de dúvida a gramática de Cintra e Cunha se apresenta como a mais completa vista até agora, ainda que continue na tradicional superficialidade trazendo apenas classificações de artigos bem como demonstrações de usos em incontáveis listas e exemplos. Destaca-se também uma dedicação maior ao artigo indefinido. Os autores fizeram um trabalho que buscou demonstrar todos os usos do artigo no idioma português, dando-se ao trabalho de inclusive citarem casos particulares e pouco utilizados como as contrações diante de nomes de obras.

Em comparação com o que foi apresentado nas outras gramáticas até aqui temos uma diferença substancial na profundidade com que o assunto é abordado. É claro que isso é reflexo do momento e da intenção dos autores. Não mais estão ligados ao latim, não mais são inexperientes e pioneiros na arte de fazer uma gramática de sua língua e estão querendo abranger um número maior de leitores. Este último fator é refletido diretamente no grande número de situações que são contempladas nas quase quarenta páginas dedicadas ao tema, em que os usos são apresentados um a um a fim de que os falantes possam reconhecer aqueles que estão habituados a utilizar e ainda aprender os que não conheciam.

É claro que a NPC não se constitui apenas de acertos, ela também tem seus erros. Como se seguisse uma tradição, as explicações apresentadas nela, embora mais profundas e claras que nas gramáticas anteriores, ainda são muito superficiais. Desta forma um estudante que busque conceitos mais profundos não conseguirá resposta alguma e se verá obrigado a procurar textos mais específicos.

Outro ponto que deve ser mencionado é a ligação que os autores fazem dos artigos com os substantivos. Embora tratem dos artigos como uma classe de palavras eles fazem questão de deixar claro que estes só existem se combinados aos substantivos. Ainda que isso possa ser observado em outras gramáticas, na NPC isso está claro no primeiro parágrafo dedicado ao tema quando Cintra e Cunha dizem “dá-se nome de artigo as palavras que se antepõem aos substantivos” (p. 199).

Outro ponto que deve ser levado em conta é a parte dedicada aos indefinidos. Pela primeira vez nas gramáticas analisadas eles surgem como classe particular e não apenas como uma particularidade dos definidos. Nesta parte, ainda que de maneira mais superficial que no resto do capítulo, os autores ainda encontram espaço para falar brevemente sobre a origem do termo. De novo, esta explicação não é suficiente para que um estudante mais dedicado compreenda completamente o tema, mas serve como um ponto de partida que não havia surgido até então.

Por fim, cabe dizer que de todas as gramáticas estudadas até aqui, a NPC é a mais indicada a um aluno que está começando a se aventurar nas letras. Sua linguagem

simples – ainda que respeitando a norma padrão – e seu texto direto aliados a um grande número de exemplos e regras de uso fazem dela um ponto de partida certo.

## 14 GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – século XXI, 2011

### 14.1 Marcos Bagno

Segundo biografia presente no próprio site do autor, *marcosbagno.org*, Marcos Bagno é um professor do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução na Universidade de Brasília, tradutor e escritor de mais de 30 livros. Nascido em 21 de agosto de 1961, no município de Cataguases – MG.

Embora sua carreira não se resuma apenas à linguística, tem predileção pela área de sociolinguística e literatura infanto-juvenil. O autor foi premiado em 2012 com o prêmio Jabuti pela obra *Memorias de Eugênia*.

Além desta, possui um grande número de obras publicadas, como: *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*; *A língua de Eulália*; *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*; *Gramática pedagógica do português brasileiro*, sendo que esta última é o objeto de nosso trabalho.

### 14.2 Gramática pedagógica do português brasileiro

Em sua resenha Pere Comelas Casanova<sup>58</sup> diz:

A gramática pedagógica publicada recentemente culmina sem dúvida uma etapa importante em sua produção acadêmica. O ponto de partida é, como sempre, a necessidade de combater a imposição de um modelo de língua portuguesa muito distanciado da realidade linguística brasileira, utilizado há séculos como um instrumento de discriminação sociopolítica e econômica: o domínio deste modelo, ao alcance exclusivo de uma minoria, era e é uma das chaves de acesso a determinadas posições profissionais e/ou uma clara marca de classe.

---

<sup>58</sup> CASANOVA, P. C.: *BAGNO, Marcos(2012), Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 1053 p.* *Estudis Romànics* (Institut d'Estudis Catalans), vol. 36 (2014), p. 469-470. Universidade de Barcelona.

Esta reprodução já é suficiente para traduzir o foco do trabalho de Bagno, em suas mais de 1000 páginas, o gramático mineiro busca uma forma de romper com os grilhões impostos pela língua, trabalhando para que o idioma, ou melhor, que a norma padrão da língua, deixe de ser um instrumento social de divisão de grupos. Desta forma, o que pretende o autor da Gramática pedagógica do português brasileiro (GPB) é colocar todas as variantes da linguagem no mesmo patamar, com um texto que pretende explicar ao leitor como funcionam essas variantes, quais suas características e a questão social que permeiam e influenciam certas variantes.

Além de trabalhar com esse pensamento em mente, o autor divide sua GPB em cinco livros em que o primeiro, chamado de *Epistemologia do português brasileiro*, aborda temas como o entendimento do surgimento do idioma através de uma visão mais neutra. O segundo livro, *História do português brasileiro*, seguindo o sugerido pelo seu nome, apresenta, entre outros, uma discussão sobre as raízes de nosso idioma. *Multimídia do português brasileiro*, o terceiro livro, é um estudo sobre as diferenças e semelhanças entre a língua falada e a escrita. *Lexicogramática do português brasileiro*, quarto livro, pode ser entendido como a gramática propriamente dita, cuida da descrição das classes de palavras, da compreensão dos tipos de verbos, entre outros. E por fim, o quinto e último livro, *Didática do português brasileiro*, apresenta algumas discussões sobre as formas de se ensinar e compartilhar o estudo de nosso idioma.

### **14.3 O artigo em Marcos Bagno**

A explicação propriamente dita do que é um artigo surge exatamente no Livro IV da GPB – *Lexicogramática do português brasileiro*. De forma similar ao que fizeram os autores anteriores, Bagno inicia sua explicação falando sobre o nome da classe de palavras propriamente dito, desta forma, segundo o autor, o nome “artigo” veio do termo “artus”, que em latim significava “membro do corpo; articulações, juntas do corpo” (p. 770), porém, continua, tinha como uso mais comum, seu diminutivo

“articulus”. O que, posteriormente levou à derivação popular “artelho”, que nos leva, finalmente, ao que foi explicado no capítulo 4, sobre o artigo em Nebrija.

Surge, após essa explicação, um fato peculiar que não figurou nas outras gramáticas analisadas: uma explicação sobre o surgimento do artigo nas línguas românicas. Assim, ainda que superficialmente, o autor explica que os mostrativos<sup>59</sup> que vieram da classe gramatical latina dos demonstrativos tiveram que se desdobrar e, durante o desenvolvimento das línguas românicas, é que surgiram *artigo* e os *pronomes de não-pessoa*. Bagno faz questão de frisar que a palavrinha **o** (e suas flexões) tem uma origem só e que teve de se abrir para preencher três classes gramaticais diferentes (artigo, demonstrativo, índice de não-pessoa). Desta forma, segundo o gramático, o que conta “não é a noção de *classe* e sim a de *função*”. (p. 779)

Adiante o autor comenta sobre a transformação fonética e gráfica que ocorreu com os demonstrativos que viriam a ser reconhecidos como artigos na língua portuguesa. Sobre isso, Bagno escreve:

O processo de gramaticalização dos demonstrativos latinos em artigos apresenta, como é habitual nesses fenômenos, uma erosão fonética que transformou os demonstrativos dissílabos latinos – *illu-*, *illa-*, *illos*, *illas* –, já no latim vulgar, em formas monossilábicas: *\*lo*, *\*la*, *\*los*, *\*las*. Essas formas coincidem com as primeiras que o galego arcaico deve ter apresentado. Logo, porém, o *l-* inicial desapareceu. Por que?

A explicação é simples: o artigo ocorre com alta frequência entre duas palavras – *trouxe os livros*; *comprei a roupa*; *vendi a casa*; *todo o problema* etc. – e como a maioria das palavras da língua terminam em vogal, o *l-* inicial dos artigos passou a ocorrer em posição intervocálica: *vejo-lo mar*; *ama-la família*; *inspira-lo amor* etc. Já sabemos que as consoantes dentais do latim, quando intervocálicas, sofrem síncope regular: *luna* > *lũa* > *lua*; *pala* > *paa* > *pá*; *fede* > *fee* > *fé*; *corona* > *corõa* > *coroa*; *malu* > *mao* > *mau*; *sede* > *see* > *sé* etc. Por isso, estando em posição sintática intervocálica, o *l-* dos artigos desapareceu: vejo **lo** mar > vejo o mar. (p. 780) Grifo do autor.

Neste momento, o autor lista alguns exemplos para demonstrar como ocorreu essa transformação nos vocábulos que precedem esses demonstrativos e são terminados em –r, Bagno explica que isso deve a uma assimilação de –r com o l- inicial do demonstrativo, o que por sua vez explica porque utilizamos essa forma até hoje com os

---

<sup>59</sup> Segundo Bagno, o termo *mostrativo* foi sugerido por Ataliba de Castilho e serve “para designar um conjunto de palavras que, na tradição gramatical, ocorreriam dispersas em outras classes” (p. 773). Como exemplo o autor cita a palavra “o”, que pode ser tanto artigo, pronome demonstrativo e pronome pessoal.



infinitivos verbais. Bagno afirma então que “primeiro ocorreu um **I** longo que se reduziu a simples:” (p. 780)

Amar-lo > amallo > amá-lo

Vender-lo > vendello > vende-lo

Abrir-lo > abrilla > abri-lo

Por fim, o gramático faz uma observação a fim de deixar claro que não faz, nesse momento, distinção entre o-artigo e o-pronome o que faz com que ele classifique a partícula –lo no final dos exemplos como os dois.

A seguir, Bagno continua seu tópico falando sobre os *artigos indefinidos*, na verdade, de acordo com o autor, não existem tais artigos. Segundo ele, tal distinção entre definido e indefinido só surge no século XVII, em Port-Royal – o que este trabalho apresenta, embora algumas gramáticas anteriores cite tal artigo, este só foi verdadeiramente estudado por Carneiro Ribeiro – e o que temos em nosso idioma são *quantificadores indefinidos*<sup>60</sup> por apresentar um papel sintático e semântico muito distinto do artigo.

Sua explicação dentro da GPB prossegue então tomando conta das propriedades do artigo. Sobre isso, o mineiro inicia falando:

Sua função primordial na língua é **identificatória/classificatória**. Identificatória porque só usamos o artigo (i) quando já fizemos menção anterior do nome que vai aparecer agora precedido do artigo (*Era uma vez uma rainha muito bonita. Certo dia a rainha ficou doente...*), ou (ii) quando se trata de uma entidade já conhecida universalmente (*o Brasil, a lua, o prefeito de Bauru, a presidenta da República...*). (p. 782)

Ainda segundo Bagno, é justamente nessa propriedade identificatória que reside um resquício da função demonstrativa que tinham em latim as palavras que deram origem ao artigo. Para provar isso, o autor mostra através do exemplo “era uma vez uma rainha muito bonita. Certo dia **essa/aquela** rainha ficou doente...” (p. 783). Como pode

---

<sup>60</sup> Quantificadores indefinidos, segundo Bagno, são termos que podem funcionar tanto como *determinantes* em um sintagma nominal quanto o *núcleo* desse sintagma. (p. 826).

ser percebido, outro demonstrativo pode substituir o lugar do artigo retomando um nome já citado.

Sobre as propriedades classificatórias do artigo, Bagno explica que quando precede uma palavra, esse artigo a transforma em um substantivo, e como toda palavra pode ser precedida por um artigo, seu poder classificatório é imenso, gerando substantivos como: *o comer, o porquê, o quando e o como, o bem e o mal, o dois e o três etc.* (p. 783). Além disso, outra de suas propriedades classificatórias reside no fato do artigo transformar qualquer palavra masculina em feminina e vice-versa: *o Boca (time de futebol argentino), a Socorro, o Maria, a Amparo, o Copacabana, a Bombril (cp. o Bombril), a Volks (cp. o volks) etc.* (p. 784)

E por último, há a propriedade classificatória que se refere ao número. Essa capacidade age, ainda segundo o autor, de duas formas. A primeira se refere aos substantivos terminados em –s: *o lápis / os lápis; o ônibus / os ônibus* (p. 785).

A segunda forma, que está diretamente relacionada com algumas variantes do português, surge no fato da redundância do plural. Na verdade surge em uma variedade que retira essa redundância de plural fazendo com que a informação sobre o número do nome fique restrita ao artigo, assim temos: *as menina; os menino; as casa velha; os vestido novo etc.* (p. 785).

O curioso nessa passagem de sua explicação sobre o artigo é que Bagno lembra que tais propriedades podem ser realizadas não só pelos artigos, mas por outros determinantes apenas em alguns casos. O autor deixa claro que o artigo presente na segunda forma pode ser substituído por outro determinante e o número seria marcado da mesma forma. Assim ao invés de “as menina” poderíamos dizer “aquelas menina” ou “minhas menina”. A questão é que o autor não faz o mesmo em relação ao gênero, como no caso de substantivos cujo gênero não é marcado – dentista, estudante, etc., deixando isso ao leitor.

#### 14.4 Comentários

Como era de se esperar, a GPB realmente segue uma postura mais pedagógica procurando detalhar algumas explicações, porém como correm nas gramáticas anteriores não vemos uma explicação mais profunda sobre os artigos. Mas isso não impede que alguns pontos importantes tenham surgido.

O primeiro deles se remete ao fato de uma explicação, ainda que muito breve, sobre a origem dos artigos no português. Por mais superficial que tenha sido, fica claro para um estudante mais dedicado e conhecedor das letras a forma como os demonstrativos latinos tornaram-se artigos, porém, um aluno que busque todas as respostas na GPB sairá com mais perguntas.

Sobre a própria classificação do artigo, por mais pedagógica que seja a intenção de Bagno ele acaba por seguir o modelo classificatório presente nas gramáticas anteriores. Ou seja: embora se proponha a fazer um trabalho mais moderno, visando uma melhor forma de ensino das regras e classificações do português brasileiro, fica bastante claro que o objetivo não foi atingido, o que não indica necessariamente um fracasso do autor. A questão é que, mesmo apresentando algumas diferenças com o padrão visto até aqui, Bagno não encontrou forma melhor de apresentar o artigo a seus leitores. Isso sem contar que os mesmos lapsos de explicação que surgem nas gramáticas anteriores também são vistas na GPB, isto é: algumas informações precisam ser desvendadas pelo leitor.

Finalmente temos outra questão importante, que é a reclassificação dos artigos indefinidos à classe dos quantificadores indefinidos. Curiosamente, tais artigos indefinidos, que pertencem a uma classe estudada nos anos fundamentais das escolas do país e presente na NGB, deveriam, segundo o autor, estar inseridos em outra classificação devido às funções que desempenha dentro das frases em que figura.

## 15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tinha como objetivo fazer um mapeamento histórico da visão da classe de palavras “artigo” dentro das gramáticas de língua portuguesa. Para tanto havia a necessidade de se estabelecer um ponto de partida. Decidiu-se então que o trabalho pioneiro de Dionísio Trácio serviria de base, pois consistia na primeira gramática que apresentava em sua estrutura um estudo sobre o artigo. Embora não fosse de língua portuguesa sua importância é singular justamente por esse caráter de controle de dados. Dionísio pode não ser base de tudo o que veio após ele, mas certamente sua teorização influenciou diversos autores que o seguiram.

Um argumento similar justifica a presença da gramática castelhana de Nebrija nesta dissertação. Novamente não se trata de uma gramática do português, mas ela tem importância singular por ser justamente a primeira gramática de uma língua românica que lida com o artigo em sua estrutura. Como foi dito no decorrer deste trabalho, o latim era um idioma em que o artigo não figurava, e até 1492, e a publicação de Nebrija, não havia gramáticas que lidavam com uma língua diferente do latim.

Embora sua gramática seja uma espécie de tradução das gramáticas latinas presentes na época em vista de se apresentar como um manual de estudo para acadêmicos iniciantes do latim, o autor se viu obrigado a incluir o artigo em seu texto, por dois motivos. O primeiro, e mais simples e óbvio, reside no fato de que o artigo se fazia presente no idioma castelhano, o que impedia a publicação de um trabalho sobre as regras deste idioma sem contemplá-lo. O segundo motivo, que vai servir de uma espécie de muleta para diversos autores posteriores a Nebrija, surge da falta da declinação de casos na língua castelhana. Presentes no latim o autor se viu obrigado a estabelecer uma fórmula para explicar aos estudantes essa variante, afinal latim era a língua foco de seu trabalho. Desta forma, com uma torção da gramática Nebrija foi o primeiro a atribuir aos artigos à função de marcar o caso de um idioma.

Apresentando uma tabela de declinações dos artigos em quatro casos: nominativo, genitivo, acusativo e dativo. O autor resolve o problema dos casos, e torna mais fácil a

explicação do funcionamento dos casos no latim quando seu aprendiz já tem a base de como estes funcionam no castelhano. Outro detalhe importante é que não são mostradas outras funções que o artigo possa ter em seu idioma materno, uma vez que o único objetivo do autor é o de trabalhar com os casos. Este também deve ser o fato que fez o autor ignorar completamente os indefinidos.

O primeiro gramático de língua portuguesa estudado, João de Barros, segue o mesmo padrão de Nebrija, que foi uma espécie de modelo para os gramáticos portugueses que se basearam em sua visão da língua e na forma como ele solucionou alguns problemas para trabalhar com a língua castelhana – a questão dos casos é um bom exemplo desse fato –, além de ainda manter o latim como foco de seu trabalho. O que temos aqui é um manual do idioma português que servirá de base para que os alunos estudem o latim, sendo assim, sobrou novamente aos artigos a função de declinarem o caso, ainda que novamente estivessem inseridos em um idioma que não possui essa declinação.

Estas duas gramáticas citadas acima são exemplos de qual era o papel do latim. Reconhecido como a língua nobre, os outros idiomas o permeavam e eram forçados pelos gramáticos a se adaptar às suas características.

Outro fato interessante que pude observar nesta análise é o de autores posteriores a Port-Royal, que se dizem influenciados por aquele novo método de se fazer gramática e finalmente livres da pressão do latim como língua mais importante, continuaram com a tradição de não se aprofundar no que apresentam. Ainda que livres da necessidade de explicar a declinação de caso em um idioma que não o tem os autores continuam com classificações e exemplificações que deixam ao cargo do leitor a total compreensão do que é apresentado.

Um detalhe importante sobre esse assunto é que Argote, em sua gramática trabalha com a declinação de casos, mas finalmente define que o que é reconhecido como declinação é na verdade a preposição, sendo assim o autor que limpou o caminho para os posteriores a ele. Agora, podiam tratar do artigo ignorando completamente o latim.

Essa nova visão de enxergar a língua trouxe resultados nas gramáticas posteriores. Barbosa e Carneiro Ribeiro, o último português e o primeiro brasileiro de meu trabalho, apresentaram uma nova forma de classificar o artigo. De maneira inédita até então, os autores trouxeram um grande número de regras de usos e particularidades do artigo e esquecem definitivamente a questão do caso. O artigo poderia agora seguir seu curso e tornar-se finalmente uma classe de palavras independente.

Outra questão importante que deve ser observada também é a forma como os autores lidaram com os artigos indefinidos. Praticamente inexistentes até Barbosa, salvo uma menção em Port-Royal, agora essa nova classificação passa a fazer parte da definição oficial dos artigos. Mais uma demonstração do poder que o latim exercia sobre os estudos dos idiomas.

O autor que assume uma postura curiosa após essa mudança é Eduardo Carlos Pereira, ainda que tenha uma visão igual a de Soares Barbosa, ele não dedica um espaço específico ao artigo em sua gramática e sim o fica citando dentro de explicações de outros termos – como o adjetivo – mostrando assim que tem confiança de que seu leitor sabe o que é um artigo e, portanto não se faz necessário uma explicação sobre ele. Isso sem contar a quase ausência do artigo indefinido, que figura brevemente em sua gramática ocupando apenas um parágrafo que se dedicava aos numerais.

Finalmente o trabalho entra nas gramáticas mais contemporâneas, a Nova gramática do português contemporâneo, de Celso Cunha e Cintra, e a Gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno. Essas duas gramáticas ainda mantêm algumas tradições como a de não definir e explicar o artigo de forma profunda e complexa, além das listas de uso e classificações básicas.

Outro dado curioso observado é o que se refere aos artigos indefinidos. Ao contrário dos definidos que surgiram de uma evolução da classe dos demonstrativos latinos figurando primeiro como uma muleta para justificar a ausência dos casos na língua portuguesa, chegando finalmente a ocupar uma classificação própria, os indefinidos eram, a princípio, ignorados pelos gramáticos. Depois passaram a ser meramente citados, para finalmente tornarem-se uma classe própria. Isso, como vimos,

não durou, pois na última gramática contemporânea a classe dos artigos indefinidos foi extinta.

Essa questão dos artigos indefinidos certamente é algo que deve ser estudado com mais calma em trabalhos futuros. Minha análise demonstrou que a forma como ela foi vista ao longo dos séculos não deixa de ser um reflexo de algo maior. O próprio entendimento da língua foi, obviamente, se expandindo e a medida que os estudos iam se aprofundando, a classe foi se fortalecendo, se tornando independente. É interessante notar que as palavras que compõem os artigos indefinidos – um, uma, uns, umas – sempre estiveram presentes nas gramáticas e que os gramáticos tinham que dar conta delas, ainda que não soubessem exatamente como proceder.

Ainda é necessário dizer que essa visão que seguiu do artigo ao longo da história das gramáticas também revelou, ainda que de forma periférica, a maneira que os gramáticos enxergavam sua própria língua. Os primeiros a entendiam como um meio para estudo de uma língua “maior” enquanto os outros, com uma identidade nacional mais presente, estudavam seu próprio idioma como um patrimônio cultural e elaboravam novas e interessantes explicações.

Por fim, toda a pesquisa levou a uma nova visão sobre a forma de divisão do trabalho. O que pude perceber é que seria capaz de dividir as gramáticas em uma outra forma que eu não havia contemplado no início. Assim, saindo das já citadas divisões – cronológica, nacionalidades e marcos históricos – percebi a possibilidade em utilizar o latim como divisor. Desta forma eu teria, a princípio, três grandes capítulos.

No primeiro capítulo eu colocaria aquelas que foram utilizadas como referência para minhas observações, ou seja: *Tékhne Grammatiké* de Dionísio, *Gramática de la lengua castellana*, de Nebrija e *Gramática de Port-Royal*, de Arnauld e Lancelot.

No segundo eu colocaria aquelas que receberam influência direta do Latim, ou seja, aquelas gramáticas que, ou eram um manual para o estudo do latim, ou refletiam a língua latina dentro de suas próprias regras – caso que pode ser percebido através da presença forçada das declinações de caso na língua portuguesa. Através dessa visão eu adicionaria neste capítulo 3 gramáticas: *Grammatica da língua portuguesa* de João de

Barros, Methodo grammatical para todas as línguas de Amaro de Roboredo e Regras da língua portugueza, espelho da língua latina de Jerónimo Contador de Argote.

Através da pesquisa, tornou-se fácil perceber a forte influência que o latim teve nessas gramáticas. Mais preocupados em criar um manual para o ensino do latim do que uma gramática da língua portuguesa, esses três autores escreveram obras que possuem muitas semelhanças entre si. O que possibilita que sejam reunidos dentro do mesmo grupo.

Para concluir esta forma de divisão do trabalho, colocaria no terceiro capítulo as gramáticas restantes, analisando e explicando minhas observações.



## 16 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. C. de. *Gramática Expositiva – Curso Elementar de Eduardo Carlos Pereira: um estudo sob a perspectiva da Historiografia Linguística* Centro de Comunicação e Letras – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – SP, 2009.

ARGOTE, J. C. de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina : ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Officina da Musica, 1725.

ARNAULD, A; LANCELOT, C.; *Gramática de Port Royal*. Trad. Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001

ARNAUT DE TOLEDO, C. de A.; GUTIERRES, E. A. *Vida e contribuição educacional de Eduardo Carlos Pereira*. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

ASSUNÇÃO, C. da C. *Uma leitura da introdução da Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de Reis Lobato (1770)*. Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literatura”. Porto XIV, 1997 p. 165-181

ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G. *Roboredo, Amaro de: Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Edição facsimilada. . ed. 1. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; LEÓN, R. P. de; *A Verdadeira Grammatica Latina de Amaro de Roboredo*. ed. 2. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

ATANÁSIO, N. *Ausência do artigo no português de Moçambique. Análise de um corpus constituído por textos de alunos do ensino básico em Nampula*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Moçambique, Nampula, 2002.

BARBOSA, J. S. *Gramática Philosophica da língua Portugusa – com Princípios da Grammatica Geral applicados à nossa linguagem*. 4ª edição Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1866.

BARBOSA, M. de G.S.; BARBOSA V. de S. *João de Barros: contribuições à língua portuguesa. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”* Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2011.

BARDARI, S. *As primeiras gramáticas das línguas castelhana e portuguesa: Antonio de Nebrija e Fernão de Oliveira*. In: GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 1996, Taubaté. Caderno de Resumos do XLIV Seminário do Gel. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 1996. v. I. p. 75-75

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*. [Edição digital da BIT-PROHPOR]. Disponível em:

[http://200.150.149.165:9081/wps/wcm/connect/resources/file/eb20ee0e5fb3c20/CILP1P\\_AAGLPB%20-%20Gramatica%20joo%20de%20Barros%20XVI.pdf?MOD=AJPERES](http://200.150.149.165:9081/wps/wcm/connect/resources/file/eb20ee0e5fb3c20/CILP1P_AAGLPB%20-%20Gramatica%20joo%20de%20Barros%20XVI.pdf?MOD=AJPERES)

BELLINI, L. *Influências da Idade Média e do Renascimento na cultura portuguesa do século XVI - A propósito do Diálogo sobre Precepto Moraes de João de Barros (1540)*. Revistausp, n.º 22 – São Paulo, SP, 1994.

BORGES NETO, J. 2007. *A Teoria da Linguagem de Fernão de Oliveira*. In Abaurre, M.B.; Pfeiffer, C.; Avelar, J. (orgs) *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas, Pontes, 2009, p. 43-51

CASANOVA, P. C.; BAGNO, M. (2012), *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 1053 p. *Estudis Romànics* (Institut d'Estudis Catalans), vol. 36 (2014), p. 469-470. Universidade de Barcelona.

CASTELEIRO, J. M. *Jerónimo Soares Barbosa: Um gramático racionalista do século XVIII*. Boletim de filologia, tomo XXVI, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1980. Disponível na internet em:

<http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/26/boletim26.html>

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. Companhia Editora Nacional, São Paul, 2008.

CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o Português*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná – Departamento de estudos linguísticos. Curitiba, PR, 2003

CIZESCKI, F. *Entre Chomsky e Port-Royal: uma análise da leitura chomskiniana*. Working papers em linguística, 9 (1): 121-131, Florianópolis, SC, 2008

COELHO, S. C. G. *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa Edição Crítica, Estudo e Notas*. Doutorado em ciências da linguagem. Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, Vila Real – Portugal, 2013

CUNHA, C. ; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DELFORGE, F. *Les petites Ecoles de Port-Royal*, Paris Cerf, 1985.

DOCKHORN, N. *Estrutura morfossintáticas de outras línguas muito divergentes da língua portuguesa*. XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Caderno 12. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2007.

FARACO, C.; MOURA, F. M. *Gramática nova* – Ed. Ática – São Paulo, 2003.

- FAUSTO, B. *História do Brasil* – 14<sup>a</sup> ed – Edusp – São Paulo, 2012.
- FAVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *A gramática brasileira no início do século XX: Grammatica expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica portugueza (Hemetério José dos Santos)*. Confluência (Rio de Janeiro), v. 37/38, p. 59-82, 2011.
- FERNANDES, G. *As Introduções Latinae (1481) de Élio António de Nebrija*: Revista Himanitas. [on-line]. Edição 58. Coimbra, 2006. Disponível na internet em: [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas58/13\\_-\\_Goncalo\\_Fernandes.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas58/13_-_Goncalo_Fernandes.pdf)
- FERNANDES, G. *A ianua linguarum dos jesuítas irlandeses (SALAMANCA, 1611) E a porta de línguas de Amaro de Roboredo (LISBOA, 1623)*: Boletim de Estudos Clássicos. [on-line]. Edição 42. Coimbra, 2009. Disponível na internet em: [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/BEC42/17\\_-\\_Goncalo\\_Fernandes.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/BEC42/17_-_Goncalo_Fernandes.pdf)
- FURLAN, M. “Apresentação a *Diálogo em lovvor da nossa lingvágem*, de João de Barros”. In: *Clássicos da Teoria da Tradução. Antologia bilíngue, vol. 4, Renascimento*. Florianópolis: NUPLITT, 2006. (p. 209)
- JUNQUEIRA, F. G. C. *Confronto de vozes discursivas no contexto escolar: percepções sobre o ensino de gramática da língua portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Departamento de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- KEMMLER, R. *Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina (1721, 1725)*, Limite: Revista de Estudios Portugueses , 6: 75 – 101, 2012
- KREMER, E. *Antoine Arnauld*, Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2008, disponível na internet em: <http://plato.stanford.edu/entries/arnauld/>
- LEAL, E. de S. *Pressupostos Epistemológicos nas gramáticas em língua portuguesa do século XIX – O caso Ernesto Carneiro Ribeiro*. Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul: UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel-PR | 24 a 26 de outubro de 2012
- LEITE, M. Q. *A construção da norma linguística na gramática do século XVIII*. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 55, p. 665-684, 2011.
- LEITE, M. Q. *A nova gramática do português contemporâneo: tradição e modernidade*. Filologia e Linguística Portuguesa, USP, 2008.

LEITE, M. Q. *Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo*. Filologia e Linguística Portuguesa, v. 13, p. 337-368, 2011.

LESAULNIER, J. “*La vie de Claude Lancelot, Solitaire de Port-Royal, par le bénédictin don Clémencet*” *Publications électroniques de Port-Royal*, série 2007, section des articles et contributions. Disponível na internet em:

<http://www.amisdeportroyal.org/bibliotheque/?La-vie-de-Claude-Lancelot.html>

LOBATO, R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

MARTINS, S. E. C. *Visão Panorâmica da História da Linguística - da Antiguidade Grega ao Renascimento*. In: CUNHA, V. G. *Letras - Português/Inglês Vol. 1 - Universidade de Uberaba*. Uberaba, MG, 2006.

MAURO, F. *Aprender e praticar gramática* – Ed. Renovada – São Paulo: FTD, 2007.

MONTEIRO, J. L. *As ideias gramaticais de João de Barros*. *Revista de Letras, Fortaleza*, v. 19, n.1/2, p. 33-41, 2000.

NEBRIJA, A. de. *Gramática de la lengua castellana*, 1492, Disponível na internet em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?pid=d-180646>

OLIVEIRA, L. R. P. F. de. *Téchne Grammatiké – a base da teoria gramatical*. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Caderno 5, t. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

PASCHOALIN, M. A.; SPADOTO, N. T. *Gramática: teoria e exercícios* – Ed. Renovada – São Paulo: FTD, 2008.

PEREIRA, E. C. P. *Grammatica Expositiva – Curso Elementar*. 13º edição. São Paulo e Rio de Janeiro: weiszflog, 1918.

RANAURO, H. *O legado de Jerônimo Soares Barbosa*, *Revista Portuguesa de Humanidades*, n.º 7, fascs. 1-2, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Braga/Portugal, 2003. p.253-265.

RIBEIRO, E. C. *Serões gramaticais (ou Nova gramática portuguesa)*. Salvador: Bahia Imprensa Popular, 1890.

ROBOREDO, A. de; *Método Grammatical para todas as Línguas*. Edição fac-similada de marina Kóssarik. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 2002

RORIGUES, A. L. *Serões Gramaticais: a gramática “científica” de Ernesto Carneiro Ribeiro*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Departamento de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. São Paulo, SP, 2009.

RODRIGUES, J. de C. *Reis Lobato (1721? – 1804?) e as primeiras gramáticas de língua portuguesa: Rupturas e continuidades*. In: Seminário do GEL, 57, 2009, Ribeirão Preto – SP – Disponível na internet em: <http://www.gel.org.br/?resumo=5889-09>

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, J. P. da – *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa, de António José dos Reis Lobato e o ensino do português no Brasil do século XVIII*. In: III Congresso de Letras da UERJ São Gonçalo, 2006, São Gonçalo - RJ. Anais do III CLUERJ-SG. Rio de Janeiro: Botelho Editora, 2006. v. Único

STENCIL, E. *Antoine Arnauld*. Internet Encyclopedia of Philosophy, 2012, disponível na internet em: <http://www.iep.utm.edu/arnauld/>

VICENTE, C.P. *Dois diálogos no renascimento português: João de Barros e Gândavo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Departamento de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, RJ, 2008